

VOLUME 1

SAÚDE COLETIVA

Organização
Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth
José Ricardo Rodrigues Soares
Leandro Maciel de Albuquerque Rêgo

ISBN 978-659833028-6



Editora
Cedigma

VOLUME 1

SAÚDE COLETIVA

Organização
Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth
José Ricardo Rodrigues Soares
Leandro Maciel de Albuquerque Rêgo

ISBN 978-659833028-6



Editora
Cedigma

Copyright © 2025 Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth, José Ricardo Rodrigues Soares, Leandro Maciel de Albuquerque Rêgo.

Este e-book é de acesso aberto, distribuído sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Isso significa que você pode compartilhar, copiar, redistribuir e adaptar o conteúdo para qualquer fim, desde que seja dada a devida atribuição aos autores e à **Editora Cedigma**.

Este material foi elaborado com o objetivo de oferecer suporte técnico e educacional aos profissionais de saúde, não substituindo a necessidade de capacitação prática e atualização contínua na área.

Editora Cedigma

Paço de Lumia - MA, Brasil

E-mail: editoracedigma@gmail.com

Website: editoracedigma.cedigma.com.br

Contato: (98) 98801 - 9798



A Editora Cedigma é uma instituição comprometida com a disseminação do conhecimento acadêmico e científico. Nosso objetivo é oferecer serviços editoriais de alta qualidade, atendendo às demandas de pesquisadores, professores, estudantes e instituições.

EDITORIAL

EDITOR GERENTE

Luis Henrique da Silva Costa, Editor Científico

CONSELHO EDITORIAL

João Mário Lima de Sá, Editor Científico

Joelina da Silva Miranda, Editora Científica

CONSELHO DE REVISORES

Cleide Marques Cunha Kabariti

Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense/ Nilópolis, RJ - Brasil

Ágatha Fialho Rocha

SER EDUCACIONAL S.A, UNINASSAU, Pernambuco - Brasil.

Italo Emanuel Rolemberg dos Santos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - Brasil

Thais Teixeira

UNIVERSIDADE PUC-SP- Brasil

Taciele do Nascimento Santos

Universidade Tiradentes - Brasil

Yasmim Santos de Oliveira

Universidade Tiradentes - Brasil

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Saúde coletiva [livro eletrônico] : volume I /

organizadores Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth,
José Ricardo Rodrigues Soares, Leandro Maciel de
Albuquerque Rêgo. -- 1. ed. --
Paço do Lumiar, MA : Cedigma, 2025.
PDF

Vários autores. Bibliografia.
ISBN 978-65-983302-8-6

1. Saúde coletiva 2. Saúde pública 3. Serviços de saúde
comunitária I. Boneth, Sidiane Sirley Nunes Silva. II. Soares, José Ricardo
Rodrigues.
III. Rêgo, Leandro Maciel de Albuquerque.

25-263328

CDD-614.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde coletiva : Cooperação : Saúde pública 614.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....07

CAPÍTULO 01

Atenção primária e os desafios da cobertura universal de saúde.....08

Autor: Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth

CAPÍTULO 02

Impacto das políticas públicas na promoção da equidade em saúde.....13

Autor: Azize Capucho Jorge; Leandro Maciel de Albuquerque Rêgo

CAPÍTULO 03

Envelhecimento populacional e os desafios do cuidado integral ao idoso....20

Autor: Shara dos Santos Faria; Gleyciana de Araújo Almeida

CAPÍTULO 04

Determinantes sociais da saúde e a prevalência de doenças
cardiovasculares.....27

Autor: Maiara Assunção Rodrigues Soares

CAPÍTULO 05

O papel do SUS na redução das desigualdades regionais no Brasil.....33

Autor: José Ricardo Rodrigues Soares

CAPÍTULO 06

Cuidados Paliativos na Saúde Coletiva: Desafios e Estratégias para uma
Assistência Integral.....38

Autor: Luís Henrique da Silva Costa

Apresentação

A saúde coletiva é um campo essencial para a promoção do bem-estar da população, abrangendo políticas públicas, estratégias de prevenção e assistência à saúde em diferentes contextos. Este e-book foi elaborado com o objetivo de oferecer um panorama amplo e reflexivo sobre os desafios, avanços e práticas que norteiam a área, fornecendo informações valiosas para profissionais da saúde, pesquisadores e demais interessados no tema.

Ao longo dos capítulos, abordamos temas fundamentais para a compreensão da saúde coletiva, incluindo a evolução das políticas públicas de saúde, os determinantes sociais da saúde, a vigilância epidemiológica, a atenção primária e as estratégias de promoção da saúde. Com isso, buscamos evidenciar a importância de uma abordagem integral e intersetorial para enfrentar os desafios sanitários contemporâneos.

A pandemia da COVID-19 trouxe reflexões profundas sobre os sistemas de saúde ao redor do mundo, evidenciando desigualdades e fragilidades, mas também demonstrando a capacidade de inovação e resposta rápida das políticas de saúde pública. Assim, discutimos como eventos globais impactam as estratégias de saúde coletiva e como podemos nos preparar para futuras emergências sanitárias.

Outro ponto relevante explorado neste e-book é a importância da equidade na saúde. Compreender que fatores socioeconômicos, culturais e ambientais influenciam diretamente o acesso e a qualidade da assistência permite a formulação de políticas mais justas e eficazes, garantindo que todas as pessoas tenham direito a uma vida saudável.

Além das políticas e diretrizes institucionais, enfatizamos o papel da participação social na construção de sistemas de saúde mais democráticos e eficientes. O envolvimento da comunidade na tomada de decisões, na fiscalização e na implementação de estratégias

de saúde coletiva fortalece a cidadania e amplia a efetividade das ações.

A interseção entre saúde e meio ambiente também é um tema central neste e-book. A relação entre mudanças climáticas, poluição e saúde humana requer atenção redobrada, pois impactos ambientais afetam diretamente a incidência de doenças e a qualidade de vida da população.

No campo da educação em saúde, ressaltamos a necessidade de capacitação contínua dos profissionais, além da conscientização da população sobre práticas saudáveis e prevenção de doenças. A difusão do conhecimento é uma ferramenta poderosa para fortalecer a autonomia dos indivíduos e comunidades em relação à própria saúde.

Outro aspecto essencial abordado é a importância da pesquisa científica e da inovação tecnológica na saúde coletiva. A produção de conhecimento qualificado e a aplicação de novas tecnologias permitem diagnósticos mais precisos, tratamentos mais eficazes e a formulação de estratégias embasadas em evidências.

Por fim, este e-book reforça a necessidade de um olhar humanizado na atenção à saúde coletiva. A escuta ativa, o respeito às diversidades e o acolhimento são fundamentais para garantir um atendimento digno e eficiente para todos, promovendo um sistema de saúde mais inclusivo e acessível.

Esperamos que esta leitura seja enriquecedora e inspire reflexões e ações voltadas para a melhoria da saúde coletiva. Que este material possa servir como um guia para profissionais, gestores e cidadãos comprometidos com a construção de um sistema de saúde mais justo e eficaz.

Atenção primária e os desafios da cobertura universal de saúde.

Primary care and the challenges of universal health coverage.

Sidiane Sirley Nunes Silva Boneth¹

¹Graduação em Medicina pela UPAP
sidyani@hotmail.com

 <https://doi.org/10.70430/capitulodelivro20>



RESUMO

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel fundamental na garantia da cobertura universal de saúde, sendo responsável pela prevenção de doenças, promoção da saúde e acesso equitativo aos serviços. No entanto, enfrenta desafios como a insuficiência de recursos, desigualdade na distribuição de serviços e dificuldade na integração entre os diferentes níveis de atenção. Este estudo discute os principais desafios da APS na busca pela cobertura universal de saúde, abordando aspectos estruturais, políticos e sociais que influenciam sua efetividade. A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica e análise de dados de organismos internacionais, resultando em uma discussão aprofundada sobre as barreiras e soluções para a expansão da APS. Os resultados indicam a necessidade de investimento contínuo em infraestrutura, capacitação profissional e políticas integradas para garantir serviços acessíveis e de qualidade para toda a população.

Palavra-chave: Atenção Primária; Sistema de Saúde; Acesso à Saúde; Equidade

ABSTRACT

Primary Health Care (PHC) plays a fundamental role in ensuring universal health coverage, being responsible for disease prevention, health promotion and equitable access to services. However, it faces challenges such as insufficient resources, inequality in the distribution of services and difficulty in integrating different levels of care. This study discusses the main challenges of PHC in the pursuit of universal health coverage, addressing structural, political and social aspects that influence its effectiveness. The methodology adopted consists of a literature review and analysis of data from international organizations, resulting in an in-depth discussion on the barriers and solutions for the expansion of PHC. The results indicate the need for continued investment in infrastructure, professional training and integrated policies to ensure accessible and quality services for the entire population.

Keyword: Primary Care; Health System; Access to Health; Equity

Introdução

A cobertura universal de saúde é um objetivo global que visa garantir que todas as pessoas tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, sem dificuldades financeiras (Franciosi; Silva, Costa, 2025). A APS é a principal porta de entrada para esse sistema, desempenhando papel essencial na organização da rede de serviços e no atendimento integral às necessidades da população (Pereira et al., 2024). Contudo, diversos desafios dificultam a concretização desse objetivo, incluindo a carência de investimentos, desigualdades regionais e a falta de integração entre os diferentes níveis de atenção.

A estruturação dos serviços de APS exige um planejamento eficiente, com alocação adequada de recursos humanos e materiais (Mendes, 2019). A desigual distribuição geográfica das unidades de saúde e a escassez de profissionais qualificados impactam negativamente o acesso da população a serviços essenciais. Além disso, a falta de financiamento adequado compromete a oferta de insumos, medicamentos e tecnologias necessárias para um atendimento resolutivo e eficiente (Marinho *et al.*, 2024).

Outro obstáculo relevante é a fragmentação da rede de atenção, dificultando a continuidade do cuidado e a gestão integrada dos casos. A existência de barreiras administrativas, burocráticas e tecnológicas limita a capacidade da APS de responder de maneira ágil e eficaz às demandas da população, comprometendo a universalização do acesso aos serviços de saúde (De Melo Cabral *et al.*, 2020).

Portanto, compreender os desafios da APS na cobertura universal de saúde é essencial para propor soluções que ampliem a equidade e a efetividade dos serviços ofertados. O presente estudo busca discutir as dificuldades enfrentadas, bem como apontar estratégias para a qualificação e expansão da APS, garantindo maior acessibilidade e qualidade na atenção à saúde.

Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com enfoque qualitativo, abrangendo artigos científicos, capítulos de livros e teses de doutorado. O estudo teve como objetivo analisar os desafios estruturais, financeiros e organizacionais da Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto da cobertura universal de saúde.

A busca dos materiais foi realizada nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Scientific Electronic Library Online (SciELO); PubMed/MEDLINE; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Foram analisados estudos publicados nos anos 2019 a 2025, considerando a relevância e atualidade das informações. Os critérios de inclusão adotados foram: Artigos disponíveis na íntegra; Publicações em português, Estudos que abordassem diretamente a APS no contexto da cobertura universal de saúde; Relatórios de organizações reconhecidas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde.

Foram excluídos Estudos duplicados entre as bases de dados; Trabalhos que não abordavam especificamente a APS; Artigos de opinião sem embasamento científico; Publicações com mais de dez anos.

Os descritores utilizados para a pesquisa foram selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), incluindo: "Atenção Primária à Saúde"; "Cobertura Universal de Saúde"; "Sistemas de Saúde"; "Políticas Públicas de Saúde"; "Financiamento em Saúde"; "Qualidade da Assistência à Saúde".

A discussão dos resultados baseou-se na identificação de desafios estruturais, financeiros e organizacionais, buscando estabelecer relações entre os problemas apontados e soluções propostas na literatura científica. O enfoque qualitativo permitiu uma análise crítica e aprofundada das dificuldades e perspectivas da APS no Brasil.

Resultados e Discussões

Desafios Estruturais na Atenção Primária à Saúde

Os resultados da revisão bibliográfica evidenciam que a Atenção Primária à Saúde (APS) enfrenta desafios significativos na busca pela cobertura universal de saúde (Gerema, 2020). De acordo com Massuda (2020) a carência de financiamento adequado é um dos principais entraves, impactando a qualidade e a disponibilidade dos serviços. A insuficiência de recursos compromete a infraestrutura das unidades de APS, bem como a disponibilidade de medicamentos e insumos essenciais.

Segundo Soares Filho *et al.*, (2022) existem outros fatores relevante é a desigualdade regional no acesso à saúde, especialmente em países com extensão territorial ampla, como o Brasil. Regiões mais afastadas dos centros urbanos frequentemente possuem menos unidades de saúde e menor quantidade de profissionais qualificados, gerando barreiras para a população que necessita de atendimento (Scherer *et al.*, 2024). Além disso, a fragmentação da rede assistencial dificulta a continuidade do cuidado. A falta de integração entre os diferentes níveis de atenção compromete o encaminhamento de pacientes, prolongando filas de espera e reduzindo a resolubilidade da APS (Almeida; Santos, 2022). A carência de sistemas de informação eficientes agrava esse problema, dificultando o compartilhamento de dados entre serviços.

Outro ponto crítico é a escassez de profissionais qualificados com a baixa remuneração e as condições precárias de trabalho contribuem para a evasão de profissionais, tornando a fixação em áreas vulneráveis um desafio (Carmargo; Garcia, 2019). Investimentos em educação continuada e melhores condições de trabalho são fundamentais para reverter esse quadro.

Estratégias de Fortalecimento da APS

A implementação de políticas intersetoriais tem sido apontada como estratégia para fortalecer a APS. A articulação entre setores como educação, assistência social e saneamento básico amplia a efetividade das ações de saúde, promovendo um cuidado integral e preventivo (Tasca *et al.*, 2020). Para Cunha *et al.*, (2020) além dos desafios estruturais existentes, a APS enfrenta dificuldades na gestão e organização dos serviços. A falta de planejamento adequado e a burocracia excessiva dificultam a implementação de políticas públicas eficientes, comprometendo a efetividade das ações de saúde e sobrecarregando as equipes assistenciais (Barbosa; Tasca, 2020).

A valorização da atenção primária passa, também, pelo fortalecimento da participação social na formulação e controle das políticas de saúde (Gleriano *et al.*, 2023). Conselhos de saúde ativos e engajados podem contribuir para a construção de estratégias mais alinhadas às necessidades da população, garantindo maior transparência e efetividade nas ações (Camargo; Castanheira, 2020).

Outro aspecto essencial é a necessidade de aprimorar as estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças. A APS deve atuar não apenas no tratamento de enfermidades, mas também na orientação da população sobre hábitos saudáveis, imunizações e acompanhamento contínuo, reduzindo assim a incidência de doenças evitáveis (Mendonça *et al.*, 2023).

Inovação e Sustentabilidade na APS

De acordo com Burak *et al.*, (2025) a introdução de tecnologias digitais pode otimizar a gestão da APS, facilitando o monitoramento de pacientes e a comunicação entre profissionais de saúde. O uso de prontuários eletrônicos, telemedicina e sistemas integrados de informações pode melhorar a qualidade do atendimento e aumentar a eficiência dos serviços prestados (Neder *et al.*, 2019). A formação e capacitação

contínua das equipes de APS são cruciais para garantir um atendimento de qualidade. Programas de educação permanente, atualizações em práticas clínicas e treinamentos sobre novas abordagens terapêuticas podem aprimorar a resolutividade da APS e fortalecer o vínculo entre profissionais e pacientes (Chaves, 2023).

A descentralização dos serviços de saúde pode ser uma alternativa para reduzir desigualdades regionais. Modelos como as equipes de saúde itinerantes e o fortalecimento das unidades básicas de saúde em comunidades remotas podem facilitar o acesso da população a cuidados essenciais, minimizando os impactos das barreiras geográficas (Araujo; Lobo; Medici, 2022).

Por fim, é fundamental que a APS seja reconhecida como eixo central do sistema de saúde, com investimentos contínuos e políticas que garantam sua sustentabilidade. Apenas com o fortalecimento da atenção primária será possível avançar na construção de um sistema de saúde mais equitativo, resolutivo e acessível para toda a população.

Conclusão

A APS é essencial para a consolidação da cobertura universal de saúde, mas enfrenta desafios significativos. O subfinanciamento, as desigualdades regionais, a fragmentação da rede assistencial e a escassez de profissionais comprometem a efetividade dos serviços.

Investimentos em infraestrutura, formação de profissionais e políticas intersetoriais são fundamentais para a qualificação da APS. O fortalecimento da atenção primária pode reduzir desigualdades e garantir serviços acessíveis e de qualidade.

A superação dos desafios exige um compromisso político e social, reforçando a APS como eixo estruturante do sistema de saúde. Apenas com esforços coordenados será possível avançar rumo à cobertura universal de saúde

Referências

ALMEIDA, Patty Fidelis de; SANTOS, Adriano Maia dos. Atenção primária à saúde em CSP. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 8, p. e00133622, 2022.

ARAUJO, Edson; LOBO, Maria Stella; MEDICI, André. Eficiência e sustentabilidade do gasto público em saúde no Brasil. *Jornal Brasileiro de Economia da Saúde*, v. 14, n. Suplemento 1, p. 86-95, 2022.

BARBOSA, Allan Claudius Queiroz; TASCA, Renato. Bases para uma Atenção Primária à Saúde integral, resolutiva, territorial e comunitária no SUS: aspectos críticos e proposições. *APS em Revista*, v. 4, n. 3, p. 233-239, 2022.

BURAK, Nayara Juliane et al. Atenção primária à saúde: inovações e sustentabilidade nos modelos de cuidados. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 8, n. 2, p. e78189-e78189, 2025.

CARMARGO, Fernanda Carolina; GARCIA, Luan Augusto Alves. Desafios formativos para a prática em redes: atenção à saúde baseada em evidências. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, v. 7, n. 4, p. 548-555, 2019.

CAMARGO, Diângeli Soares; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro. Ampliando o acesso: o Acolhimento por Equipe como estratégia de gestão da demanda na Atenção Primária à Saúde (APS). *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, p. e190600, 2020.

CHAVES, Janis Fernanda Ferraz. Inovações sustentáveis em processo produtivo de funilaria do segmento automobilístico sem prejuízo aos princípios de indústria 4.0. 2023.

CUNHA, Carlo Roberto Hackmann da et al. Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde: garantia de integralidade nas Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal no Brasil. *Ciencia & saude coletiva*, v. 25, p. 1313-1326, 2020.

DE MELO CABRAL, Elizabeth Regina et al. Contribuições e desafios da Atenção Primária à Saúde frente à pandemia de COVID-19. *Interamerican Journal of medicine and health*, v. 3, p. 1-12, 2020.

FRANCIOSI, Giovanna Gonzalez Puga; SILVA, Ana Beatriz Farias; COSTA, Luís Henrique Da Silva. Avanços na Saúde Pública: O Impacto da Implantação de um Novo Hospital Público Especializado em Cuidados Paliativos na Qualidade de Vida de Pacientes e Famílias. *Periodicos Cedigma*, v. 1, n. 1, p. 24-30, 2025.

GEREMIA, Daniela Savi. Atenção Primária à Saúde em alerta: desafios da continuidade do modelo assistencial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, p. e300100, 2020.

GLERIANO, Josué Souza et al. Expansão da cobertura da Atenção Primária à Saúde: estratégias e desafios da gestão municipal. *Revista de APS*, v. 26, 2023.

MARINHO, Lúcia de Fátima Pereira Leite et al. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DAS FAMÍLIAS E DAS COMUNIDADES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM TEMPOS DE PÓS-PANDEMIA. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 2024.

MASSUDA, Adriano. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso?. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 1181-1188, 2020.

MENDES, Eugênio Vilaça. Desafios do SUS. In: **Desafios do SUS**. 2019. p. 869-869.

MENDONÇA, Fernanda de Freitas et al. As mudanças na política de atenção primária e a (in) sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família. **Saúde em Debate**, v. 47, p. 13-30, 2023.

NEDER, Renato et al. Relações entre inovação e sustentabilidade: termos e tendências na produção científica mundial. **Gestão & Regionalidade**, v. 35, n. 104, 2019.

PEREIRA, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.

SCHERER, Magda Duarte dos Anjos et al. Influência do componente estrutura na qualidade da Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal. *Saúde em Debate*, v. 48, p. e8643, 2024.

SOARES FILHO, Adauto Martins et al. Atenção Primária à Saúde no Norte e Nordeste do Brasil: mapeando disparidades na distribuição de equipes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 01, p. 377-386, 2022.

TASCA, Renato et al. Recomendações para o fortalecimento da atenção primária à saúde no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, p. e4, 2020.

Impacto das políticas públicas na promoção da equidade em saúde.

Impact of public policies on promoting health equity.

Azize Capucho Jorge¹; Leandro Maciel de Albuquerque Rêgo²

¹Graduação em Medicina pela Faculdade Brasileira de Ensino Multivix
azizecapuchojorge@gmail.com

²Gradduação em Medicina pela Universidad Politécnica Y Artística-Paraguay; pós graduado em Medicina de família pelo UnB -Df; Psiquiatria pela universidade católica de Goiás-Go
leandromma36@gmail.com

 <https://doi//10.70430/capitulodelivro20>



RESUMO

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da equidade em saúde, buscando reduzir desigualdades e garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. Este estudo investiga os impactos das políticas públicas na promoção da equidade, analisando medidas implementadas em diferentes contextos e seus efeitos sobre grupos vulneráveis. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2019 e 2024, utilizando bases de dados reconhecidas e descritores especificados. Os resultados indicam que a efetividade das políticas depende de fatores como financiamento adequado, articulação intersetorial e participação social. A discussão foi estruturada em três subtemas: acesso aos serviços de saúde, impacto da descentralização das políticas públicas e desafios na implementação de medidas equitativas. A conclusão ressalta a importância do aprimoramento contínuo das políticas públicas para garantir avanços na equidade em saúde.

Palavra-chave: Equidade; Acesso à saúde; Políticas públicas; Desigualdade social; Sistemas de saúde

ABSTRACT

Public policies play a fundamental role in promoting health equity, seeking to reduce inequalities and ensure universal and equal access to health services. This study investigates the impacts of public policies on promoting equity, analyzing measures implemented in different contexts and their effects on vulnerable groups. The methodology adopted is based on a systematic review of the literature published between 2019 and 2024, using recognized databases and specified descriptors. The results indicate that the effectiveness of policies depends on factors such as adequate financing, intersectoral coordination and social participation. The discussion was structured into three subthemes: access to health services, impact of decentralization of public policies and challenges in implementing equitable measures. The conclusion highlights the importance of continuous improvement of public policies to ensure advances in health equity.

Keywords: Equity; Access to health; Public policies; Social inequality; Health systems

Introdução

A equidade em saúde é um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. De acordo com Pereira *et al.*, (2024) a implementação de políticas públicas voltadas para a redução de desigualdades tem sido um desafio global, especialmente em países de baixa e média renda, onde as barreiras de acesso são mais evidentes. Nesse contexto, o fortalecimento das políticas de saúde pública assume um papel estratégico na garantia de serviços universais e de qualidade.

As políticas públicas de saúde são mecanismos essenciais para a redução das desigualdades e para a garantia de um sistema de saúde inclusivo (Dos Santos Cardoso *et al.*, 2024). Medidas como ampliação da cobertura de saúde, financiamento adequado e integração entre diferentes setores são fundamentais para promover a equidade. No entanto, a efetividade dessas políticas pode ser comprometida por desafios estruturais, burocráticos e econômicos.

A análise dos impactos dessas políticas deve considerar a diversidade dos contextos socioeconômicos e culturais nos quais estão inseridas (De Vasconcelos; Dadalto, Sarsur, 2020). Para Buss *et al.*, (2020) as diferenças regionais e as especificidades dos grupos populacionais demandam abordagens flexíveis e adaptativas, garantindo que as intervenções atendam às necessidades reais da população.

Dessa forma, o presente estudo busca analisar o impacto das políticas públicas na promoção da equidade em saúde, identificando os principais desafios e oportunidades para sua melhoria. A partir de uma revisão sistemática da literatura, serão explorados diferentes modelos de políticas e seus resultados na redução das desigualdades em saúde.

Metodologia

A pesquisa foi conduzida por meio de revisão sistemática da literatura, com foco na análise de estudos publicados entre os anos de 2019 e 2024. Foram utilizadas as bases de dados PubMed, SciELO e LILACS, empregando descritores como "equidade em saúde", "políticas públicas de saúde", "acesso aos serviços de saúde" e "redução de desigualdades".

A seleção dos artigos incluiu critérios como relevância para o tema, disponibilidade em acesso aberto e publicação em periódicos indexados. Foram excluídos estudos duplicados, artigos que não apresentavam metodologia clara e publicações que não abordavam especificamente a relação entre políticas públicas e equidade em saúde.

Os dados foram analisados de forma qualitativa, buscando identificar padrões, desafios e impactos das políticas públicas na promoção da equidade em saúde. A discussão foi organizada em três subtemas principais: acesso aos serviços de saúde, impacto da descentralização das políticas públicas e desafios na implementação de medidas equitativas.

Resultados e Discussão

Acesso aos Serviços de Saúde: Desafios e Perspectivas

Segundo Simões *et al.*, (2021) o acesso aos serviços de saúde representa um dos pilares fundamentais para a promoção do bem-estar da população e a efetivação do direito à saúde, conforme preconizado por organismos internacionais e legislações nacionais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, garantindo atendimento integral e universal por meio do Sistema Único de Saúde (Sales *et al.*, 2019). No entanto, a concretização

desse princípio enfrenta desafios significativos, relacionados a fatores geográficos, socioeconômicos, estruturais e organizacionais.

A desigualdade na distribuição dos serviços constitui uma das principais barreiras ao acesso, especialmente em áreas remotas e regiões periféricas, onde há carência de unidades de atendimento, profissionais especializados e infraestrutura adequada (Cervieri *et al.*, 2019). A escassez de investimentos em determinados territórios compromete a equidade na prestação da assistência, resultando em longos deslocamentos, filas extensas e dificuldades para a continuidade do cuidado.

Outro fator relevante é a sobrecarga do sistema público, agravada pelo subfinanciamento e pela crescente demanda populacional. A demora na marcação de consultas, exames e procedimentos compromete o diagnóstico precoce e o tratamento oportuno, impactando diretamente os desfechos clínicos dos pacientes (Torma *et al.*, 2022). Em contrapartida, a ampliação da cobertura dos planos privados não significa, necessariamente, maior efetividade na assistência, visto que a segmentação dos serviços e as limitações contratuais impõem restrições ao atendimento integral.

A acessibilidade também depende de determinantes sociais, como renda, escolaridade e condições de trabalho (Vieira, 2020). Populações em situação de vulnerabilidade frequentemente enfrentam dificuldades para arcar com custos indiretos, como transporte e medicação, além de possuírem menor conhecimento sobre seus direitos e os mecanismos de funcionamento do sistema de saúde (Oliveira *et al.*, 2023). Dessa forma, a desigualdade social se reflete no uso dos serviços, aprofundando disparidades no cuidado à saúde.

Diante desse cenário, diversas estratégias podem ser adotadas para aprimorar o acesso à assistência. A ampliação da atenção primária

por meio do fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), tem se mostrado essencial para descentralizar o atendimento e garantir resolutividade nas demandas mais comuns (Vale *et al.*, 2022). Além disso, a integração entre os níveis de atenção e o investimento em tecnologia, como a telemedicina, são medidas que podem otimizar a cobertura e reduzir barreiras geográficas.

Por fim, a efetivação do acesso universal exige um compromisso contínuo com o financiamento adequado do setor, políticas públicas inclusivas e uma gestão eficiente dos recursos disponíveis (Da Silva Maziero, 2024). Somente com uma abordagem integrada e equitativa será possível garantir que toda a população usufrua de serviços de saúde de qualidade, promovendo, assim, o princípio da justiça social e o direito fundamental à vida.

Impacto da Descentralização das Políticas Públicas

A descentralização das políticas públicas consiste na transferência de competências administrativas e decisórias do governo central para instâncias regionais e locais, com o objetivo de tornar a gestão mais eficiente, participativa e adaptada às necessidades específicas de cada território (Marinho *et al.*, 2024). Esse processo, amplamente adotado em diversas áreas, como saúde, educação e assistência social, busca aproximar o poder público da população, promovendo maior autonomia dos estados e municípios na formulação e execução das políticas públicas.

De acordo com Teixeira; Nunes; Almeida, (2019) no Brasil, a descentralização ganhou força com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a municipalização como um dos princípios norteadores da gestão pública. No âmbito da saúde, por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS) adotou a descentralização como estratégia central, permitindo que estados e municípios assumam maior responsabilidade na organização dos serviços,

garantindo uma abordagem mais territorializada e eficiente (Marroni; Franzese; Panosso, 2021). Esse modelo possibilitou avanços, como a ampliação da cobertura da atenção básica por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) e a melhoria na distribuição de recursos conforme as necessidades locais.

Contudo, a descentralização também apresenta desafios significativos, sendo um dos principais problemas é a desigualdade na capacidade de gestão entre os entes federativos, especialmente nos municípios menores, que frequentemente enfrentam limitações financeiras, estruturais e técnicas para a implementação das políticas públicas (Santos, 2022). A ausência de um suporte adequado do governo federal pode comprometer a qualidade dos serviços ofertados, resultando em disparidades regionais no acesso e na efetividade das ações governamentais.

Além disso, a descentralização pode levar a problemas na coordenação entre os diferentes níveis de governo, dificultando a integração de políticas e a garantia de padrões mínimos de qualidade (Pereira, 2020). A fragmentação dos sistemas de informação, a descontinuidade de programas devido a mudanças de gestão e a falta de transparência no uso dos recursos são desafios recorrentes que podem comprometer os benefícios da descentralização (Coelho Neto; Chioro, 2021).

Por outro lado, quando bem planejada e acompanhada por mecanismos eficientes de controle e cooperação, a descentralização pode gerar impactos positivos, como maior agilidade na resposta a demandas locais, fortalecimento da participação social e inovação na gestão pública (Da Costa Assis; Gracio, 2021). A experiência de algumas cidades que adotaram práticas exitosas na administração da saúde, educação e assistência social demonstra que a descentralização pode ser um instrumento poderoso para reduzir desigualdades e promo-

ver o desenvolvimento sustentável (Bichir, 2020).

Dessa forma, para que a descentralização das políticas públicas alcance seu potencial transformador, é fundamental garantir mecanismos de governança que favoreçam a cooperação entre os entes federativos, a alocação equitativa de recursos e o fortalecimento da capacidade técnica e administrativa dos municípios (Assis, 2020). Apenas com uma gestão eficiente e uma fiscalização rigorosa será possível assegurar que a descentralização contribua para a promoção de políticas públicas eficazes e para a melhoria da qualidade de vida da população. Desafios na Implementação de Medidas Equitativas.

Segundo Fernandes e Nascimento (2020) a equidade é um princípio fundamental na formulação de políticas públicas e na promoção do desenvolvimento social, pois busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades e recursos de acordo com suas necessidades específicas. No entanto, a implementação de medidas equitativas enfrenta desafios complexos, que envolvem fatores estruturais, políticos, econômicos e culturais.

Um dos principais obstáculos está na distribuição desigual de recursos. Regiões com menor desenvolvimento socioeconômico geralmente apresentam maior demanda por políticas equitativas, mas dispõem de menos infraestrutura e financiamento para implementá-las (Gatti, 2020). A alocação inadequada de verbas, aliada a uma burocracia excessiva, pode comprometer a efetividade das ações, dificultando o acesso da população vulnerável a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social (Oliveira, 2021).

Outro desafio significativo é a resistência política e institucional à adoção de medidas equitativas. A implementação de políticas que

favorecem grupos historicamente marginalizados pode enfrentar oposição de setores que percebem essas iniciativas como privilégios ou ameaças a interesses estabelecidos (Zago, 2023). Além disso, a falta de continuidade administrativa e a influência de agendas políticas muitas vezes resultam na descontinuidade de programas sociais, prejudicando sua eficácia a longo prazo.

A carência de dados precisos e de sistemas eficientes de monitoramento e avaliação também compromete a efetividade das medidas equitativas (Carvalho; Meirinho, 2020). A formulação de políticas públicas baseadas em evidências exige diagnósticos detalhados das desigualdades existentes, mas muitas regiões carecem de informações atualizadas e confiáveis para embasar as decisões governamentais (Bortoli *et al*, 2023). Sem indicadores concretos, torna-se difícil medir o impacto das iniciativas e realizar ajustes necessários para aprimorar sua implementação.

Além disso, fatores culturais e sociais influenciam a aceitação e a efetividade das medidas equitativas. O preconceito, a discriminação e a falta de conscientização sobre a importância da equidade podem limitar o alcance das políticas, dificultando a adesão da população e o envolvimento de diferentes setores da sociedade (Sousa, 2019). Estratégias de comunicação eficazes e ações de sensibilização são essenciais para garantir que as políticas equitativas sejam compreendidas e apoiadas.

Para superar esses desafios, é fundamental fortalecer a governança e a cooperação entre os diferentes níveis de governo, promover a participação social na formulação e fiscalização das políticas e investir na capacitação de gestores públicos (Saboia; Galendo; Materko, 2021). Além disso, a criação de mecanismos de financiamento sustentável e

a adoção de tecnologias para aprimorar a coleta e análise de dados podem contribuir para a implementação mais eficiente e eficaz de medidas equitativas.

Portanto, garantir a equidade exige um compromisso contínuo com a justiça social, o fortalecimento institucional e a adoção de estratégias inovadoras (Sales; Selva, 2022). Somente por meio de uma abordagem integrada e coordenada será possível reduzir desigualdades e assegurar que todos os indivíduos tenham condições justas para alcançar seu pleno desenvolvimento.

Conclusão

O presente estudo destacou a importância das políticas públicas na promoção da equidade em saúde, evidenciando que a implementação eficaz dessas medidas requer financiamento adequado, coordenação intersetorial e monitoramento contínuo. revisão da literatura demonstrou que, embora avanços tenham sido alcançados, persistem desafios estruturais e institucionais que limitam a efetividade das políticas.

A descentralização das ações de saúde foi identificada como um fator relevante para a ampliação do acesso e a adaptação das estratégias às necessidades locais. No entanto, a falta de integração entre os diferentes níveis de gestão e a insuficiência de recursos ainda representam obstáculos significativos.

Outro aspecto crítico é a implementação de medidas equitativas, que exigem um compromisso contínuo com a inclusão de populações vulneráveis. A adoção de estratégias participativas, que envolvam a sociedade civil e os profissionais de saúde, pode contribuir para uma maior efetividade das políticas.

Portanto, reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na estruturação das políticas públicas, visando não apenas a ampli-

ação do acesso, mas também a promoção da equidade em todos os aspectos da saúde. Apenas por meio de um compromisso político e social sólido será possível avançar na redução das desigualdades e garantir o direito universal à saúde.

Referências

- ASSIS, Dércio Nonato Chaves de. Descentralização e resultados na saúde infantil no Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 50, p. 447-484, 2020.
- BICHIR, Renata. Agendas de reformas e descentralização de políticas: um balanço das trajetórias da saúde e da assistência social. 2020.
- Buss, Paulo Marchiori et al. Promoção Da Saúde e Qualidade De Vida: Uma Perspectiva Histórica Ao Longo Dos Últimos 40 Anos (1980-2020). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020.
- CARVALHO, Denise; MEIRINHO, Daniel. O quesito cor/raça: desafios dos indicadores raciais de mortalidade materna como subsídio ao planejamento de políticas públicas em saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 14, n. 3, 2020.
- Cervieri, Nayelen Brambila et al. O acesso aos serviços de saúde na perspectiva de pessoas em situação de rua. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, v. 15, n. 4, p. 1-8, 2019.
- COELHO NETO, Giliane Cardoso; CHIORO, Arthur. Afinal, quantos Sistemas de Informação em Saúde de base nacional existem no Brasil?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00182119, 2021.
- DA COSTA ASSIS, Eliane; GRÁCIO, Héber Rogério. FEDERALISMO, PARCERIA INTERFEDERATIVA E GOVERNANÇA INTEGRADA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE SAÚDE. *Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, v. 7, n. 2, p. 19-19, 2021.
- Da Silva Maziero, Rafaela Martins. A Influência Das Políticas Públicas E Das Transformações Sociais No Desenvolvimento Do Sistema De Saúde No Brasil: Da Colonização À Criação Do Sistema Único De Saúde (Sus). *Humanidades E Tecnologia (Finom)*, v. 19, n. 1, p. 292-305, 2024.
- De Vasconcelos, Alessandra Alves; Dadalto, Luciana; Sarsur, Marcelo. Efetivação Das Políticas Públicas Em Saúde Protetivas Às Crianças Com Síndrome Congênita Do Zika e o Impacto Na Judicialização Da Saúde. *Revista De Direito Sanitário*, v. 20, n. 3, p. 74-91, 2020.
- Dos Santos Cardoso, José Mário et al. Políticas Públicas De Saúde Coletiva: Estratégias Para Reduzir Desigualdades e Promover Equidade No Acesso e Qualidade Da Atenção à Saúde. *Aracê*, v. 6, n. 4, p. 12340-12351, 2024.
- FERNANDES, Fernanda Sena; NASCIMENTO, Janaína Xavier. A discussão sobre políticas de licenças parentais no Brasil: Caminhos possíveis e desafios. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 1808-1828, 2020.
- GATTI, Renata Carolina. A institucionalização de "outras medidas efetivas de conservação baseadas em área" nas políticas públicas ambientais brasileiras: princípios e desafios para a implementação. 2020.
- Marinho, Lúcia De Fátima Pereira Leite et al. Políticas Públicas Para a Saúde Das Famílias e Das Comunidades No Contexto Da Atenção Primária à Saúde Em Tempos De Pós-Pandemia. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 2024.
- Marroni, Carlos Henrique; Franzese, Cibele; Panosso, Alceu. Consórcios Públicos Intermunicipais: Caminho Para Descentralização e Redução De Desigualdades

Nas Políticas Públicas?. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 40, n. 1, p. 19-31, 2021.

OLIVEIRA, Carolinny Nunes. Práticas de cuidado em saúde na estratégia saúde da família: análise dos avanços, desafios e perspectivas frente a indivíduos com hipertensão e diabetes. 2021.

Oliveira, Larayne Gallo Farias et al. Acesso e Acessibilidade Na Atenção Primária à Saúde: Desafios e Estratégias Para Garantir o Direito à Saúde. Acesso à Saúde: Desafios, Perspectivas, Soluções e Oportunidades Na Atenção Primária à Saúde, 2023.

Pereira, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. Revista Cedigma, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.

Pereira, Sandra Marques. Desafios Das Políticas Públicas Locais. H. Carreiras, A. Calado Descentralização e Reorganização Do Estado. Lisbon: Mundos Sociais, p. 83-98, 2020.

SABÓIA, Deyriane Santos Bezerra; GALINDO, Alexandre Gomes; MATERKO, Robson. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Um olhar sobre o papel dos Conselhos. Revista Portuguesa de Ciências Jurídicas, v. 2, n. 01, p. 1-18, 2021.

SALES, Orcélia Pereira et al. O Sistema Único de Saúde: desafios, avanços e debates em 30 anos de história. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 17, p. 54-65, 2019.

SALES, Marcela de Melo Soares; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Participação social na gestão pública brasileira: Desafios para a governança nas políticas ambientais. REVISTA DELOS, v. 15, n. 40, 2022.

Santos, Angela Moulin Simões Penalva. Reforma Do Estado, Descentralização e Autonomia Financeira Dos Municípios. Ram. Revista De Administração Mackenzie, v. 4, p. 155-177, 2022.

Simões, Taynãna César et al. Prevalências De Doenças Crônicas e Acesso Aos Serviços De Saúde No Brasil: Evidências De Três Inquéritos Domiciliares. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 3991-4006, 2021.

SOUSA, Francelino Franco Leite de Matos. Diagnóstico estratégico das desigualdades socioespaciais na acessibilidade ao trabalho em Fortaleza. 2019.

Teixeira, Iara Da Paixão Corrêa; Nunes, André; Almeida, Alexandre Nascimento De. O Processo De Descentralização e o Financiamento Das Políticas Públicas Educacionais. Reflexão e Ação, v. 27, n. 2, p. 182-201, 2019.

TORMA, Gilber Marques et al. PROBLEMAS QUE GERAM DEMORA NO ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. Revista Dom Acadêmico, v. 2, n. 1, 2022.

VALE, Diôgo et al. Determinantes sociais em saúde associados à vivência da fome entre adolescentes do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 7, p. 2895-2909, 2022.

Vieira, Fabiola Sulpino. Gasto Federal Com Políticas Sociais e Os Determinantes Sociais Da Saúde: Para Onde Caminhamos?. Saúde Em Debate, v. 44, n. 127, p. 947-961, 2020.

ZAGO, Rodolfo Henrique Barboza. Visões sobre a política fiscal: de Keynes aos desafios impostos pela crise do coronavírus. [sn], 2023.

Envelhecimento populacional e os desafios do cuidado integral ao idoso

Population aging and the challenges of comprehensive care for the elderly

Shara dos Santos Faria; Gleyciana de Araújo Almeida

¹Graduação em Medicina pela Universidade Politécnica y Artística del Paraguay (UPAP) fariashara@gmail.com

²Graduação em Medicina pela UPE- Universidad Privada del Este gleystudent@gmail.com

 <https://doi.org/10.70430/capitulodelivro20>



RESUMO

O envelhecimento populacional tem sido um fenômeno crescente em diversas nações, trazendo desafios significativos para os sistemas de saúde e assistência social. Este estudo objetiva discutir os desafios do cuidado integral ao idoso, considerando aspectos como a promoção da saúde, o suporte familiar e a necessidade de políticas públicas efetivas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica, utilizando fontes indexadas em bases de dados reconhecidas. Os resultados evidenciam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para garantir qualidade de vida à população idosa, bem como a urgência na adaptação dos serviços de saúde para atender a essa demanda crescente.

Palavra-chave: Envelhecimento ativo; Cuidado integral; Saúde do idoso; Políticas públicas para idosos.

ABSTRACT

Population aging has been a growing phenomenon in several nations, bringing significant challenges to health and social assistance systems. This study aims to discuss the challenges of comprehensive care for the elderly, considering aspects such as health promotion, family support and the need for effective public policies. This is a qualitative research based on a bibliographic review, using sources indexed in recognized databases. The results highlight the need for a multidisciplinary approach to ensure quality of life for the elderly population, as well as the urgency in adapting health services to meet this growing demand.

Keywords: Active aging; Comprehensive care; Elderly health; Public policies for the elderly.

Introdução

O aumento da expectativa de vida tem levado a uma transformação demográfica expressiva, caracterizada pelo envelhecimento populacional. Esse fenômeno exige mudanças estruturais nos serviços de saúde, assistência social e políticas públicas para garantir um envelhecimento saudável e com qualidade de vida (Carneiro et al., 2021). O cuidado integral ao idoso deve ser entendido como um conjunto de ações que envolvem a prevenção de doenças, a promoção da saúde e o suporte psicossocial, buscando a manutenção da autonomia e do bem-estar (Placideli; Bocchi, 2021).

No entanto, o envelhecimento também traz desafios significativos, como o aumento da incidência de doenças crônicas, a dependência funcional e a necessidade de cuidados especializados (Martins et al., 2019). A sobrecarga dos familiares cuidadores e a insuficiência de serviços de longa permanência são aspectos críticos que comprometem a efetividade do cuidado (Damaceno; Chirelli, 2019). Assim, torna-se essencial uma abordagem multidisciplinar que envolva profissionais de saúde, assistência social e gestores públicos.

Dessa forma, o presente estudo visa discutir os principais desafios do cuidado integral ao idoso, considerando aspectos relacionados à promoção da saúde, ao suporte familiar e à formulação de políticas públicas (De Souza, 2022). A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica criteriosa, de modo a oferecer um panorama atualizado sobre a temática e contribuir para reflexões sobre estratégias de intervenção.

A relevância deste estudo reside na necessidade urgente de adaptação dos sistemas de saúde e assistência para acolher o crescente número de idosos na sociedade. Dessa forma, ao identificar os principais desafios e propor caminhos viáveis, espera-se contribuir para a construção de um modelo de

cuidado que promova um envelhecimento digno e saudável.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória e descritiva, realizada por meio de uma revisão bibliográfica. O período analisado compreende os anos de 2019 a 2024, visando garantir a inclusão de pesquisas recentes sobre o tema.

As bases de dados consultadas incluem a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a PubMed, selecionadas por sua relevância na área da saúde e ciências sociais. Os descritores utilizados para a busca foram "envelhecimento populacional", "cuidado integral", "saúde do idoso" e "políticas públicas para idosos".

Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados em português, que discutissem de forma direta os desafios do cuidado ao idoso em âmbito nacional. Foram excluídos estudos que não abordassem diretamente o tema ou que estivessem fora do período estipulado.

A análise dos resultados foi conduzida por meio da leitura crítica dos artigos selecionados, organizando-se as informações em três subtemas principais: Promoção da saúde e prevenção de doenças no envelhecimento, O papel da família no cuidado ao idoso, e Desafios das políticas públicas para o envelhecimento. A discussão foi estruturada a partir da síntese das evidências encontradas e sua relação com o contexto atual.

Resultados e Discussão

Promoção da saúde e prevenção de doenças no envelhecimento

O processo de envelhecimento é um fenômeno natural que envolve transformações biológicas, psicológicas e sociais (Trintinaglia; Bonamigo; De Azambuja, 2022). Com o aumento da longevidade, cresce a necessidade de estratégias eficazes para ga-

rantir qualidade de vida na terceira idade. A promoção da saúde e a prevenção de doenças tornam-se fundamentais nesse contexto, uma vez que contribuem para a manutenção da autonomia e redução da incidência de enfermidades crônicas (Simieli; Padilha; De Freitas Tavares, 2019). A adoção de hábitos saudáveis e o acompanhamento médico regular são medidas essenciais para um envelhecimento ativo e saudável.

De acordo com Melo et al., (2021) a alimentação equilibrada desempenha um papel crucial na prevenção de doenças associadas ao avanço da idade, onde o consumo adequado de vitaminas, minerais e fibras auxilia na manutenção da saúde cardiovascular, na regulação do metabolismo e no fortalecimento do sistema imunológico. Além disso, a ingestão controlada de açúcares e gorduras reduz os riscos de diabetes tipo 2, obesidade e hipertensão, condições frequentes entre idosos (Carneiro et al., 2021). Dessa forma, a educação nutricional deve ser incentivada como estratégia de promoção da saúde.

A prática regular de atividade física é outro fator determinante para a prevenção de doenças no envelhecimento (De Oliveira et al., 2019). Exercícios adequados à condição física do idoso promovem melhora na mobilidade, no equilíbrio e na força muscular, reduzindo a probabilidade de quedas e fraturas (Cochar-Soares; Delinocente; Dati, 2021). Além dos benefícios físicos, a atividade física também impacta positivamente a saúde mental, auxiliando no controle da ansiedade, do estresse e da depressão. Programas que incentivam a prática esportiva e o lazer devem ser fortalecidos para garantir maior adesão da população idosa.

Para Soares et al., (2023) existem outros aspectos essenciais na promoção da saúde é a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e osteoporose. A identificação precoce dessas condições, por meio de exames periódicos e

acompanhamento médico, possibilita intervenções oportunas que minimizam complicações futuras (Petermann; Kocourek; Battersla, 2022). Além disso, campanhas de conscientização sobre a importância do controle de fatores de risco, como tabagismo e consumo excessivo de álcool, devem ser amplamente divulgadas.

A vacinação é uma estratégia indispensável para a proteção da saúde do idoso. Com o envelhecimento, o sistema imunológico torna-se menos eficiente, aumentando a vulnerabilidade a infecções. Imunizações como a da gripe, pneumocócica e herpes-zóster são essenciais para a prevenção de complicações que podem levar à hospitalização ou até mesmo ao óbito (Fernandes et al., 2020). A ampliação do acesso às vacinas e a promoção de campanhas de conscientização contribuem significativamente para a redução da morbimortalidade nessa faixa etária (Grosselli, 2019).

O cuidado com a saúde mental deve ser tratado com a mesma relevância que a prevenção de doenças físicas. O isolamento social, a perda de entes queridos e a redução da capacidade funcional são fatores que podem desencadear quadros depressivos e ansiosos (Loureiro, 2019). A participação em grupos de convivência, o estímulo a atividades cognitivas e o acesso a serviços de apoio psicológico são estratégias importantes para garantir bem-estar emocional (Alves, 2019). Dessa forma, políticas públicas que incentivem a inclusão social do idoso devem ser priorizadas.

O acompanhamento médico contínuo é indispensável para a promoção da saúde na terceira idade. Consultas regulares possibilitam o monitoramento de condições clínicas, a adequação de tratamentos e a prescrição de medidas preventivas (Mombelli, 2020). Além disso, a adesão correta ao uso de medicamentos é um fator essencial para a eficácia das terapias prescritas. A orientação

adequada sobre os riscos da automedicação e a necessidade de acompanhamento farmacêutico são fundamentais para evitar reações adversas e interações medicamentosas prejudiciais.

A adaptação dos serviços de saúde às necessidades do público idoso também se faz necessária para garantir um atendimento qualificado (Cruz, 2019). A capacitação de profissionais para lidar com as especificidades do envelhecimento e a ampliação de programas de atenção primária voltados para essa população são medidas essenciais (Cruz et al., 2020). Além disso, o fortalecimento da atenção domiciliar pode contribuir significativamente para a manutenção da independência e do conforto do idoso.

A promoção da saúde e a prevenção de doenças no envelhecimento exigem uma abordagem multidisciplinar e integrada, envolvendo profissionais de diversas áreas, familiares e gestores públicos (Martins et al., 2019). O incentivo a hábitos saudáveis, a ampliação do acesso aos serviços de saúde e a criação de políticas eficazes são fatores determinantes para garantir um envelhecimento digno e com qualidade de vida (Damaceno; Chirelli, 2019). Dessa maneira, investir na saúde da população idosa não apenas reduz a sobrecarga dos sistemas de saúde, mas também valoriza a experiência e a contribuição desse grupo para a sociedade.

O papel da família no cuidado ao idoso

Para Da Silva (2020) o envelhecimento é um processo natural, mas que traz consigo desafios tanto para os indivíduos que envelhecem quanto para suas famílias. Nesse contexto, a família desempenha um papel fundamental no cuidado ao idoso, pois é, muitas vezes, a principal fonte de apoio físico, emocional e social (Oliveira Dos Santos et al., 2019). A presença e a dedicação da família são essenciais para garantir que o idoso mantenha

sua autonomia e dignidade durante a terceira idade, especialmente em situações de dependência ou doença crônica.

A interação familiar e o vínculo afetivo também são cruciais para o bem-estar psicológico do idoso. O apoio emocional proporcionado por familiares ajuda a mitigar sentimentos de solidão, depressão e ansiedade, comuns em pessoas idosas, especialmente aquelas que enfrentam perdas significativas ou limitações físicas (Silva; Silva; Silveira, 2023). A presença constante de membros da família pode promover um ambiente seguro e acolhedor, contribuindo para a manutenção da saúde mental do idoso.

No entanto, cuidar de um idoso exige mais do que apoio emocional. O cuidado físico, que inclui auxílio em tarefas diárias como alimentação, higiene pessoal e mobilidade, é muitas vezes necessário (Longhi, 2019). A família, portanto, precisa estar preparada para oferecer esse suporte, o que implica em conhecimento sobre as necessidades do idoso e sobre os cuidados adequados (Marzola et al., 2020). O treinamento e a conscientização sobre as melhores práticas de cuidado são essenciais para evitar sobrecarga física e emocional dos familiares cuidadores.

A sobrecarga dos cuidadores familiares é um desafio significativo. O cuidado constante e as demandas do dia a dia podem gerar estresse e exaustão nos familiares (Damaceno, Chirelli, 2019). Nesse sentido, é importante que os familiares busquem apoio, seja por meio de serviços de saúde especializados, grupos de apoio ou mesmo com a ajuda de outros membros da família. A rede de apoio é crucial para evitar o isolamento do cuidador e garantir que o idoso receba o cuidado de qualidade que merece.

Além do cuidado físico, a família tem a responsabilidade de assegurar que o idoso tenha acesso a serviços de saúde adequados (Silva, 2023). Isso inclui o acompanhamento

médico regular, a adesão ao tratamento de doenças crônicas e a realização de exames preventivos. O papel da família é atuar como intermediária entre o idoso e os serviços de saúde, garantindo que as necessidades sejam atendidas de maneira integral (Torres et al., 2020). A comunicação eficiente com profissionais de saúde é um aspecto fundamental para o sucesso do cuidado ao idoso.

O apoio da família também se estende à promoção da socialização e da qualidade de vida do idoso. O isolamento social é um fator de risco significativo para a saúde mental na terceira idade, e os familiares desempenham um papel crucial na inclusão do idoso em atividades sociais, culturais e recreativas (Fecher, 2020). Incentivar o idoso a manter interações sociais, seja por meio de visitas ou participação em eventos comunitários, contribui para sua saúde emocional e física, diminuindo o risco de doenças como depressão e demência (Lima et al., 2020).

Por fim, a família desempenha um papel vital na proteção dos direitos do idoso. A negligência ou maus-tratos aos idosos são questões preocupantes que exigem atenção (Siquera et al., 2023). Os familiares devem estar atentos a sinais de abuso, seja físico, psicológico ou financeiro, e agir prontamente para proteger o idoso. Além disso, é importante que a família promova a educação sobre os direitos dos idosos, garantindo que eles recebam o respeito e o cuidado que merecem.

Conclusão

Diante do acelerado envelhecimento populacional, torna-se imprescindível repensar e aprimorar as estratégias voltadas ao cuidado integral do idoso. A promoção da saúde e a prevenção de doenças são elementos-chave para garantir um envelhecimento saudável, reduzindo a incidência de condições crônicas e promovendo maior independência funcional.

O suporte familiar desempenha um papel

central no cuidado ao idoso, mas a sobrecarga dos cuidadores evidencia a necessidade de políticas e programas de apoio que ofereçam suporte psicológico, capacitação e assistência financeira. A valorização e inclusão dos idosos na sociedade também são fatores determinantes para sua qualidade de vida.

No âmbito das políticas públicas, a necessidade de investimentos contínuos e a formulação de estratégias intersetoriais são fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento da população. O fortalecimento da atenção primária, a ampliação da oferta de serviços especializados e o desenvolvimento de programas de assistência a longo prazo são medidas prioritárias.

Portanto, é essencial que gestores públicos, profissionais de saúde e a sociedade civil unam esforços para construir um modelo de atenção que seja efetivo e sustentável. Somente por meio de ações integradas e contínuas será possível assegurar um envelhecimento digno e com qualidade de vida para as futuras gerações.

A reflexão sobre o cuidado integral ao idoso deve ser contínua e dinâmica, acompanhando as transformações sociais e tecnológicas. Assim, este estudo contribui para ampliar o debate sobre a necessidade de um olhar mais sensível e estruturado para essa crescente parcela da população.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo. **Revista Longeviver**, 2019.

CARNEIRO, Jeane Lima et al. Saúde do idoso e atenção primária: autonomia, vulnerabilidades e os desafios do cuidado. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 29, 2021.

COCHAR-SOARES, Natália; DELINOCENTE, Maicon Luís Bicigo; DATI, Livia Mendonça Munhoz. Fisiologia do envelhecimento: da plasticidade

às consequências cognitivas. *Revista neurociências*, v. 29, 2021.

CRUZ, Priscila Karolline Rodrigues. Dificuldade de acesso a serviços de saúde em idosos comunitários: prevalência e fatores associados. 2019.

CRUZ, Priscila Karolline Rodrigues et al. Dificuldades do acesso aos serviços de saúde entre idosos não institucionalizados: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, p. e190113, 2020.

DAMACENO, Maria José Caetano Ferreira; CHIRELLI, Mara Quaglio. Implementação da Saúde do Idoso na Estratégia Saúde da Família: visão dos profissionais e gestores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 1637-1646, 2019.

DA SILVA, Doane Martins et al. O cotidiano de equipes de saúde da família no cuidado ao idoso. *REME-Revista Mineira de Enfermagem*, v. 24, n. 1, 2020.

DE OLIVEIRA, Maysa Arlany et al. Desafios e determinantes para um envelhecimento ativo e bem-sucedido: Uma revisão bibliográfica. *Tópicos em Ciências da Saúde* Volume 4, p. 123, 2019.

DE SOUZA, Jeane Azevedo. Impactos das políticas públicas de saúde para os idosos no Brasil. *Revista Científica FESA*, v. 1, n. 16, p. 15-28, 2022.

FERNANDES, Jéssica Moreira et al. A IMUNIZAÇÃO CONTRA INFLUENZA EM IDOSOS BRASILEIROS: AVANÇOS E DESAFIOS. In: *Anais do Congresso de Geriatria e Gerontologia do UNIFACIG*. 2020.

FECHER, Jéssica Rodrigues. As contribuições dos grupos de convivência na promoção da saúde do idoso: revisão integrativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem)-Instituto de Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2020.

GROSSELLI, Fernanda. Vacinação contra a influenza na população idosa: cobertura vacinal

versus casos confirmados da doença no Estado do Rio Grande do Sul, 2013 a 2017. 2019.

LONGHI, Marcia Reis. Os dilemas de Ruth: conexões entre saúde, família e cuidados. *Revista Mundaú*, n. 6, p. 145-158, 2019.

LOUREIRO, Armando de Paulo Ferreira. Desafios do envelhecimento populacional: por uma educação permanente participada. **Laplage em revista**, v. 5, n. 2, p. 42-49, 2019.

LIMA, Alisson Padilha de et al. Grupo de convivência para idosos: o papel do profissional de educação física e as motivações para adesão à prática de atividade física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, p. e2018, 2020.

MARTINS, Josiane de Jesus et al. Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 10, n. 3, p. 371-382, 2019.

MARZOLA, Tatiana Silveira et al. A importância do funcionamento das famílias no cuidado ao idoso: fatores associados. **Revista Família, ciclos de vida e saúde no contexto social**, v. 8, n. 1, p. 78-86, 2020.

MELO, Ingridy Rennaly Maciel et al. Ações educativas de saúde para prevenção de doenças e promoção do envelhecimento saudável. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 26489-26498, 2021.

MOMBELLI, Giovana Marta da Silva. Envelhecimento populacional e a questão do cuidado. 2020.

OLIVEIRA DOS SANTOS, Naiana et al. Implicações da participação da família no cuidado às idosas institucionalizadas. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 9, n. 1, 2019.

PETERMANN, Xavéle Braatz; KOCOUREK, Sheila; BATTISTELLA, Luciana Flores. Programa academia da saúde: enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis. **Revista da FAE**, v. 25, n. 1, 2022.

PLACIDELI, Nádia; BOCCHI, Silvia. Modelos de atenção integral para idosos no mundo: revisão da literatura. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, p. e310326, 2021.

SIQUEIRA, Guilherme Fernando Montello et al. A possibilidade de responsabilidade civil em casos de abandono afetivo do idoso. 2023.

SIMIELI, Isabela; PADILHA, Letícia Aparecida Resende; DE FREITAS TAVARES, Cristiane Fernandes. Realidade do envelhecimento populacional frente às doenças crônicas não transmissíveis. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 37, p. e1511-e1511, 2019.

SILVA, Pedro Victor de Carvalho; SILVA, Caléo Moisés Pinto da; SILVEIRA, Edilene Aparecida Araujo da. A família eo cuidado de pessoas idosas com doença de Alzheimer: revisão de escopo. *Escola Anna Nery*, v. 27, p. e20220313, 2023.

SILVA, Isabela dos Santos. SIMPLIFICANDO O ACESSO AO BENEFÍCIO BPC/LOAS PELO PORTAL MEU INSS E SUPERANDO A FALTA DE INFORMAÇÕES. 2023.

SOARES, Mara Machado et al. A importância de hábitos saudáveis e adequados na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 1, p. e18012139295-e18012139295, 2023.

TORRES, Kellem Raquel Brandão de Oliveira et al. Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde. *Physis: revista de saúde coletiva*, v. 30, n. 01, p. e300113, 2020.

TRINTINAGLIA, Vanessa; BONAMIGO, Andrea Wander; DE AZAMBUJA, Marcelo Schenk. Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 35, p. 15-15, 2022.

Determinantes sociais da saúde e a prevalência de doenças cardiovasculares

Social determinants of health and the prevalence of cardiovascular diseases

Maiara Assunção Rodrigues Soares

¹Graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário São Lucas, UniSL, Cursuando Medicina pela Uninassau Caruaru
maiara.assuncao@hotmail.com

 <https://doi//10.70430/capitulodelivro20>



RESUMO

O estudo dos determinantes sociais da saúde é essencial para a compreensão da prevalência de doenças cardiovasculares, uma das principais causas de morbidade e mortalidade no mundo. A literatura tem demonstrado que fatores sociais como a renda, educação, ambiente de trabalho e acesso a serviços de saúde desempenham um papel crucial na saúde cardiovascular. Este trabalho tem como objetivo analisar as evidências sobre a relação entre determinantes sociais da saúde e a prevalência de doenças cardiovasculares, identificando os principais fatores sociais que influenciam a incidência e a gravidade dessas doenças. A pesquisa foi conduzida com base em uma revisão sistemática de artigos publicados entre 2017 e 2024, utilizando bases de dados como PubMed, Scopus e LILACS.

Palavra-chave: Desigualdades Sociais; Fatores de Risco; Acesso à Saúde; Epidemiologia Cardiovascular.

ABSTRACT

The study of social determinants of health is essential to understanding the prevalence of cardiovascular diseases, one of the main causes of morbidity and mortality in the world. The literature has shown that social factors such as income, education, work environment and access to health services play a crucial role in cardiovascular health. This study aims to analyze the evidence on the relationship between social determinants of health and the prevalence of cardiovascular diseases, identifying the main social factors that influence the incidence and severity of these diseases. The research was conducted based on a systematic review of articles published between 2017 and 2024, using databases such as PubMed, Scopus and LILACS.

Keywords: Social Inequalities; Risk Factors; Access to Health; Cardiovascular Epidemiology.

Introdução

As doenças cardiovasculares (DCV) continuam a ser uma das principais causas de morte em todo o mundo (De Souza *et al.*, 2022). De acordo com Lins *et al.*, (2024) a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que as doenças cardíacas e os derrames sejam responsáveis por cerca de 31% de todas as mortes globais. Contudo, a prevalência das DCV não é uniforme entre diferentes grupos sociais, sendo fortemente influenciada por fatores socioeconômicos e condições de vida. A análise desses determinantes sociais pode proporcionar uma compreensão mais ampla das disparidades em saúde e orientar políticas públicas eficazes para a prevenção e o tratamento dessas doenças (Pereira *et al.*, 2024).

Determinantes sociais da saúde referem-se a fatores sociais e econômicos que afetam a saúde das pessoas, como o nível educacional, a renda, a condição de moradia, a alimentação e o acesso a cuidados médicos (Marinho *et al.*, 2024). Estudos anteriores têm demonstrado que esses determinantes desempenham um papel fundamental na determinação da prevalência de doenças crônicas, como as doenças cardiovasculares. A compreensão desses fatores é fundamental para desenvolver estratégias de intervenção eficazes, que possam reduzir a carga global dessas doenças.

Além disso, a literatura aponta que a interação entre determinantes sociais e fatores comportamentais, como o tabagismo, a alimentação inadequada e o sedentarismo, contribui substancialmente para o aumento da prevalência de DCV (Junior *et al.*, 2021). A combinação desses fatores não só aumenta os riscos de doenças cardiovasculares, mas também dificulta o acesso a tratamentos adequados, exacerbando ainda mais as desigualdades em saúde.

O objetivo deste estudo é, portanto, investigar como os determinantes sociais impactam a prevalência de doenças cardiovasculares, com foco em analisar os dados disponíveis nos últimos anos e discutir as implicações desses fatores na saúde pública (Pereira *et al.*, 2024). A pesquisa será realizada por meio de uma revisão sistemática de estudos que abordam essa temática, a fim de sintetizar as evidências e oferecer uma visão mais clara sobre os impactos sociais na saúde cardiovascular.

Metodologia

Este estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura, com o intuito de investigar os determinantes sociais da saúde e sua relação com a prevalência de doenças cardiovasculares. A pesquisa abrange artigos publicados entre 2017 e 2024, com foco em estudos que exploram a interação entre fatores sociais e a ocorrência de DCV. Foram selecionadas as seguintes bases de dados para a busca de artigos: PubMed, Scopus, LILACS e SciELO. A pesquisa foi realizada utilizando descritores como "Determinantes sociais da saúde", "Doenças cardiovasculares", "Fatores socioeconômicos", "Prevalência de DCV" e "Disparidades em saúde".

A seleção de estudos foi conduzida com base em critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos originais que apresentaram dados sobre a prevalência de doenças cardiovasculares em diferentes grupos sociais, bem como estudos que analisaram a relação entre fatores socioeconômicos e saúde cardiovascular. Também foram considerados estudos que discutiram intervenções ou políticas públicas voltadas para a redução dessas desigualdades. Foram excluídos artigos que não abordaram diretamente a relação entre determinantes sociais e doenças cardiovasculares, estudos com amostras pequenas ou com metodologia inadequada.

Resultados e Discussão

A prevalência das doenças cardiovasculares (DCV) está intrinsecamente relacionada a fatores socioeconômicos que influenciam as condições de vida e o acesso aos serviços de saúde (Massa; Duarte, Chiavegatta, 2019). Estudos demonstram que desigualdades econômicas impactam significativamente a incidência dessas enfermidades, evidenciando que indivíduos em situação de vulnerabilidade social apresentam maior risco de desenvolver complicações cardiovasculares (Pereira et al., 2024). A relação entre determinantes socioeconômicos e saúde cardiovascular reflete a necessidade de políticas públicas eficazes que minimizem essas disparidades e promovam melhores condições de vida para a população (De Souza et al., 2022).

O nível de renda exerce influência direta sobre a saúde cardiovascular, pois determina o acesso a uma alimentação equilibrada, moradia adequada e assistência médica de qualidade (Lunkes et al., 2018). Famílias de baixa renda enfrentam dificuldades para adquirir alimentos saudáveis, frequentemente optando por produtos ultraprocessados e ricos em gorduras saturadas devido ao menor custo (Ponte et al., 2024). Além disso, a precariedade das condições habitacionais e a exposição a ambientes insalubres contribuem para o aumento do estresse e de outros fatores de risco para doenças cardíacas.

Outro aspecto relevante é a escolaridade, que desempenha papel determinante na adoção de hábitos saudáveis e na busca por assistência médica preventiva (Costa, 2024). Indivíduos com maior nível educacional tendem a compreender melhor os fatores de risco associados às doenças cardiovasculares e a adotar medidas preventivas, como a prática regular de atividades físicas e o controle da alimentação (Chehuen et al., 2019). Por outro lado, a baixa escolaridade está frequentemente associada a menor acesso à informação e a dificuldades na compreensão de orientações

médicas, comprometendo a adesão a tratamentos e estratégias de prevenção.

Segundo Correia et al., (2024) as condições de trabalho também interferem na saúde cardiovascular, especialmente em ocupações que exigem esforço físico excessivo, longas jornadas ou exposição a agentes nocivos. Profissões que impõem altos níveis de estresse, aliadas à ausência de políticas de proteção ao trabalhador, aumentam a vulnerabilidade a doenças cardiovasculares (De Araujo et al., 2023). Além disso, a instabilidade no emprego e a insegurança financeira geram impactos psicológicos que favorecem o desenvolvimento de hipertensão arterial e outras complicações cardíacas.

O acesso a serviços de saúde qualificados representa outro fator importante na prevenção e no tratamento das DCV, pois a população de baixa renda frequentemente enfrenta dificuldades para obter atendimento médico devido à escassez de unidades de saúde próximas, longas filas para consultas especializadas e alto custo de exames e medicamentos (Tonha et al., 2023). A ausência de acompanhamento adequado dificulta o diagnóstico precoce e a implementação de estratégias terapêuticas eficazes, contribuindo para o agravamento do quadro clínico dos pacientes (Alheiros Lira; Menezes de Souza; Pessoa de Araujo Burgos, 2017).

De acordo com Meller et al., (2022) as desigualdades socioeconômicas também influenciam a exposição a comportamentos de risco, como tabagismo, consumo excessivo de álcool e sedentarismo. Indivíduos em situação de vulnerabilidade social apresentam maior propensão a esses hábitos prejudiciais, muitas vezes como mecanismos de enfrentamento ao estresse e às dificuldades do cotidiano (De Moura, 2017). A ausência de espaços públicos adequados para a prática de exercícios físicos, bem como a falta de campanhas educativas direcionadas, compromete a adoção de um estilo de vida saudável e favorece a manuten-

ção de padrões de comportamento prejudiciais à saúde cardiovascular.

A distribuição desigual de fatores ambientais, como poluição e acesso a áreas verdes, também contribui para o aumento da prevalência de DCV (Tavares, 2024). Sendo que as regiões economicamente desfavorecidas costumam apresentar maior concentração de poluentes atmosféricos, devido à proximidade com indústrias e vias de tráfego intenso, o que agrava as condições respiratórias e cardiovasculares da população residente (De Araujo *et al.*, 2023). Em contrapartida, áreas com melhor infraestrutura urbana oferecem maior qualidade de vida, com espaços voltados para atividades físicas e menor exposição a agentes nocivos.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais como estratégia fundamental para o controle das doenças cardiovasculares (Costacurta; Pulino, 2017). Medidas como a ampliação do acesso à saúde, incentivo à educação e promoção de ambientes saudáveis são essenciais para garantir melhores condições de vida à população e reduzir a incidência dessas enfermidades. O fortalecimento da atenção primária, com ações preventivas e maior disponibilidade de serviços médicos em áreas de risco, representa um passo fundamental nesse sentido (Marinho *et al.*, 2024).

Portanto, a relação entre fatores socioeconômicos e prevalência de DCV evidencia a importância de uma abordagem integrada, que considere as diversas dimensões das desigualdades sociais e seus impactos na saúde cardiovascular (Lunkes *et al.*, 2018). A implementação de políticas que promovam equidade no acesso aos recursos essenciais pode contribuir para a redução significativa das taxas de morbimortalidade por doenças do coração, garantindo maior qualidade de vida e bem-estar para a população.

Conclusão

O estudo sobre os determinantes sociais da saúde e a prevalência de doenças cardiovasculares revela a complexa interação entre fatores socioeconômicos, comportamentais e o acesso aos cuidados de saúde. A pesquisa demonstrou que os determinantes sociais, como a renda, o nível educacional e as condições de trabalho, influenciam diretamente a prevalência de DCV, contribuindo para disparidades significativas na saúde cardiovascular.

Os comportamentos de risco, frequentemente mais prevalentes entre populações vulneráveis, também desempenham um papel crucial na saúde cardiovascular, exacerbando as desigualdades já existentes. A implementação de políticas públicas de prevenção, adaptadas às necessidades específicas dessas populações, é fundamental para mitigar os impactos negativos desses comportamentos.

Embora existam esforços para reduzir as desigualdades no acesso a cuidados de saúde cardiovascular, a falta de políticas públicas eficazes e a escassez de serviços de saúde em áreas carentes continuam sendo obstáculos significativos. A expansão do acesso à saúde, aliada a programas educativos e preventivos, é crucial para enfrentar essa questão.

É necessário que políticas públicas integrem a promoção da saúde cardiovascular com a redução das desigualdades sociais, garantindo que as populações mais vulneráveis tenham acesso a cuidados adequados e a informações sobre saúde. Somente com uma abordagem holística e inclusiva será possível reduzir a prevalência de doenças cardiovasculares e melhorar a qualidade de vida de toda a população.

Portanto, a integração de estratégias de saúde pública que abordem os determinantes sociais de forma ampla e que considerem a

realidade de diferentes grupos sociais é essencial para promover uma saúde cardiovascular equitativa e sustentável

Referências

ALHEIROS LIRA, Maria Cláudia; MENEZES DE SOUZA, Natália Mayara; PESSOA DE ARAÚJO BURGOS, Maria Goretti. Prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares em diabéticas. **Nutr. clín. diet. hosp**, v. 37, n. 1, p. 75-81, 2017.

CHEHUEN, José Antonio et al. Letramento funcional em saúde nos portadores de doenças cardiovasculares crônicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 1121-1132, 2019.

CORREIA, Sara Fernandes et al. Doenças cardiovasculares em trabalhadores da saúde: fatores de risco e estratégias preventivas no Brasil. **REVISA**, v. 13, n. Esp. 2, p. 1123-1133, 2024.

COSTA, William Batista. Correlação entre fatores de risco cardiovascular e qualidade de vida da pessoa idosa. 2024.

COSTACURTA, Jaisson Rodrigo; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Por uma Ética do Cuidado nas políticas públicas voltadas à superação da desigualdade social. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 55-64, 2017.

DE ARAÚJO, Lindemberg Medeiros et al. Excesso de peso e risco cardiovascular em trabalhadores da construção civil. **BRASPEN Journal**, v. 31, n. 4, p. 283-287, 2023.

DE MOURA, Luciana Ramos. Fatores associados aos comportamentos de risco para a saúde em adolescentes de Belo Horizonte: um recorte do Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA). 2017.

DE SOUZA MUNIZ, Germana Cely Medeiros et al. Hipertensão e diabetes na estratégia saúde da família: uma reflexão sobre a ótica dos determinantes sociais da saúde Hypertension and diabetes in the family health strategy: a reflection on the social determinants of health.

Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 5, p. 34172-34184, 2022.

JÚNIOR, Armando Hiroyuki Mori et al. Habilidades do cardiologista nos cuidados paliativos e a importância do reconhecimento precoce. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 4, p. e7233-e7233, 2021.

LINS, Daniele Teotônio et al. Ações voltadas para a prevenção de doenças cardiovasculares da Unidade Básica de Saúde Gislene Matheus. 2024.

LUNKES, Luciana Crepaldi et al. Fatores socioeconômicos relacionados às doenças cardiovasculares: uma revisão. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 14, n. 28, p. 50, 2018.

MARINHO, Lúcia de Fátima Pereira Leite et al. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DAS FAMÍLIAS E DAS COMUNIDADES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM TEMPOS DE PÓS-PANDEMIA. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 2024.

MASSA, Kaio Henrique Correa; DUARTE, Yeda Aparecida Oliveira; CHIAVEGATTO, Alexandre Dias Porto. Análise da prevalência de doenças cardiovasculares e fatores associados em idosos, 2000-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 105-114, 2019.

MELLER, Fernanda de Oliveira et al. Desigualdades nos comportamentos de risco para doenças crônicas não transmissíveis: Vigitel, 2019. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00273520, 2022.

PEREIRA, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.

PONTE, Maria Cristina de Carvalho Rocha et al. O Impacto dos Fatores Socioeconômicos na Prevalência da Hipertensão: Uma Revisão de Literatura. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 9, p. 3387-3399, 2024.

TAVARES, Mirta Mara Mendonça. Desigualdades sociodemográficas na multimorbidade e em seus fatores de risco comportamentais em adultos. 2024.

TONH'Á, Otávio Augusto Prado et al. Desafios e estratégias na prevenção de doenças cardiovasculares na era moderna. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 7, p. 1140-1150, 2023.

O papel do SUS na redução das desigualdades regionais no Brasil.

The role of SUS in reducing regional inequalities in Brazil.

José Ricardo Rodrigues Soares

¹Graduação em Medicina pela UPAP-PY
(Ciudad del este)
Ricardoboz@gmail.com

 <https://doi.org/10.70430/capitulodelivro20>



RESUMO

O Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades regionais no Brasil, promovendo acesso equitativo à saúde para toda a população. Este estudo tem como objetivo analisar as políticas e estratégias implementadas pelo SUS que contribuem para minimizar disparidades entre regiões, considerando fatores estruturais, econômicos e sociais. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura em bases de dados acadêmicas, abrangendo publicações dos últimos 07 anos. Os resultados demonstram que o SUS tem avançado na ampliação da cobertura e no fortalecimento da atenção básica, mas ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos e disparidades na infraestrutura de saúde entre diferentes regiões do país. Conclui-se que o SUS é essencial para a garantia do direito à saúde, mas necessita de aprimoramentos na gestão e financiamento para garantir maior equidade.

Palavra-chave: Saúde; SUS; Equidade; Redução.

ABSTRACT

The Unified Health System (SUS) plays a fundamental role in reducing regional inequalities in Brazil, promoting equitable access to health for the entire population. This study aims to analyze the policies and strategies implemented by SUS that contribute to minimizing disparities between regions, considering structural, economic, and social factors. To this end, a systematic literature review was conducted in academic databases, covering publications from the last 07 years. The results demonstrate that SUS has made progress in expanding coverage and strengthening primary care, but still faces challenges, such as lack of resources and disparities in health infrastructure between different regions of the country. It is concluded that SUS is essential to guarantee the right to health, but it needs improvements in management and financing to ensure greater equity.

Keywords: Health; SUS; Equity; Reduction.

Introdução

A desigualdade regional no Brasil é um problema histórico que se reflete em diversos setores, incluindo a saúde (Carvalho, 2021). A concentração de recursos e serviços em determinadas regiões impacta diretamente o acesso da população às ações de promoção, prevenção e tratamento de doenças. Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) emerge como um mecanismo fundamental para a redução dessas disparidades.

Criado a partir da Constituição Federal de 1988, o SUS fundamenta-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade (De Andrade Guedes; Da Silva, 2023). A implementação de políticas públicas voltadas à descentralização da gestão e à alocação de recursos busca garantir atendimento igualitário para populações em situação de vulnerabilidade (Albuquerque et al., 2017).

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto das políticas do SUS na redução das desigualdades regionais, identificando avanços e desafios. A partir de uma revisão sistemática, serão explorados os fatores que influenciam a distribuição dos serviços de saúde e as estratégias para garantir maior equidade no acesso.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprimorar o sistema público de saúde para que ele cumpra efetivamente seu papel de garantir direitos sociais e promover justiça na distribuição dos serviços de saúde (Memória; Caminha, 2021).

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, com abordagem qualitativa e exploratória. O estudo abrange publicações entre 2017 e 2023, buscando analisar as evidências sobre o papel do SUS na redução das desigualdades regionais.

As bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS, SciELO

e PubMed. Os descritores utilizados foram: "Sistema Único de Saúde", "desigualdades regionais", "equidade em saúde" e "políticas públicas de saúde". Foram selecionados apenas artigos publicados em português.

Para a inclusão, foram considerados estudos que abordassem a distribuição dos serviços do SUS e seus impactos na equidade regional. Estudos que não tratassem especificamente da relação entre SUS e desigualdade regional foram excluídos.

Resultados e Discussão

Segundo Carvalho (2021) o SUS tem contribuído significativamente para a redução das desigualdades regionais por meio da expansão da Atenção Primária à Saúde (APS). Essa estratégia tem garantido maior cobertura assistencial em áreas remotas e de baixa renda, permitindo que populações vulneráveis tenham acesso a serviços básicos de saúde, prevenção e acompanhamento de doenças crônicas (Pereira, 2021).

Segundo Funcia (2020) o financiamento do SUS, no entanto, permanece um desafio crítico, com disparidades na destinação de recursos entre estados e municípios. Para De Arruda Pedrosa *et al.*, (2022) a desigualdade na distribuição orçamentária compromete a capacidade das unidades de saúde de oferecer serviços de qualidade, resultando em infraestrutura precária, falta de insumos e dificuldades no atendimento da população em determinadas regiões.

A estratégia de descentralização tem permitido uma gestão mais próxima das necessidades locais, favorecendo a implementação de políticas adaptadas às especificidades regionais (Vera Rojas *et al.*, 2019). No entanto, a autonomia dos municípios na gestão dos serviços nem sempre é acompanhada de um suporte financeiro e técnico adequado, o que pode comprometer a eficiência da execução das políticas públicas (Silva, 2021).

A ampliação de programas como o Mais Médicos demonstrou impacto positivo na assistência em municípios carentes, reduzindo a carência de profissionais de saúde em regiões menos desenvolvidas (Cavalcante et al., 2020). No entanto, desafios como a permanência desses profissionais e a necessidade de capacitação contínua ainda precisam ser abordados para garantir um atendimento de qualidade e de longa duração.

De acordo com Silva et al., (2023) a desigualdade no acesso a equipamentos e infraestrutura hospitalar continua sendo um obstáculo, pois hospitais de alta complexidade permanecem concentrados em grandes centros urbanos. Essa realidade dificulta o acesso de pacientes de regiões afastadas a tratamentos especializados, forçando-os a percorrer longas distâncias para obter atendimento adequado (Pereira et al., 2024).

O impacto da Pandemia de COVID-19 revelou fragilidades estruturais do SUS, mas também evidenciou sua importância na resposta sanitária emergencial (Fernandes; Gadelha; Maldonado, 2021). A ampla distribuição de vacinas, a organização de unidades de pronto atendimento e a expansão de leitos hospitalares demonstraram a capacidade do sistema de atuar em situações de crise, mitigando desigualdades por meio da imunização em massa e do acesso a tratamentos emergenciais (Gadelha, 2022).

Segundo Marques (2022) a desigualdade na oferta de especialidades médicas compromete a continuidade do cuidado, pois pacientes de regiões periféricas frequentemente necessitam de deslocamento para tratamentos, o que pode retardar diagnósticos e agravar condições clínicas. A criação de centros regionais de referência e o fortalecimento de unidades descentralizadas são medidas essenciais para minimizar esse problema (Silva et al., 2020).

A integração de tecnologia na saúde, como

a telemedicina, tem potencial para reduzir disparidades ao permitir atendimento remoto e acesso a especialistas em locais afastados (Araujo et al., 2023). Essa solução tem se mostrado eficaz para diagnósticos precoces e acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, embora sua implementação ainda enfrente desafios relacionados à infraestrutura digital e à capacitação profissional.

A formação e fixação de profissionais de saúde nas regiões mais vulneráveis são fatores fundamentais para garantir maior equidade assistencial (Gonçalves, Gava; Silva, 2017). Programas de incentivo, como bolsas de estudos e bonificação salarial para atuação em locais remotos, têm sido implementados para atrair profissionais, mas a efetividade dessas iniciativas depende de melhores condições de trabalho e infraestrutura adequada (Medina et al., 2018).

Ademais, a educação em saúde tem se mostrado uma ferramenta essencial para reduzir desigualdades. Segundo Ramos et al., (2020) as campanhas de prevenção, informação sobre doenças e incentivo a práticas saudáveis contribuem para a promoção da saúde pública e reduzem a demanda por atendimentos de urgência, permitindo uma melhor distribuição dos recursos do SUS.

A participação da comunidade na gestão do SUS também tem se mostrado um fator determinante na promoção da equidade (Gomes; Orfão, 2021). Conselhos municipais de saúde e conferências regionais possibilitam que a população expresse suas necessidades e contribua para o aprimoramento das políticas públicas, garantindo uma gestão mais democrática e eficiente.

Por fim, a melhoria da infraestrutura das unidades básicas de saúde (UBS) é essencial para garantir um atendimento de qualidade em todo o território nacional. A expansão e modernização dessas unidades contribuem

para uma assistência mais eficaz, descentralizando o acesso à saúde e reduzindo a pressão sobre os serviços de média e alta complexidade.

Conclusão

O SUS tem exercido um papel crucial na redução das desigualdades regionais, mas ainda enfrenta desafios estruturais, financeiros e logísticos que comprometem sua plena efetividade.

A expansão da Atenção Primária à Saúde tem sido uma estratégia bem-sucedida para aumentar o acesso em regiões carentes, mas há necessidade de investimentos adicionais.

A descentralização da gestão tem mostrado avanços na adaptação das políticas às especificidades locais, sendo essencial fortalecer o financiamento e capacitação dos gestores municipais e estaduais.

O aprimoramento do SUS exige maior investimento, ampliação da infraestrutura e formação de profissionais para garantir serviços de qualidade.

Por fim, o fortalecimento do SUS deve ser uma prioridade nacional para assegurar a equidade e garantir o direito à saúde a toda a população brasileira.

Referências

Albuquerque, Mariana Vercesi De Et Al. Desigualdades Regionais Na Saúde: Mudanças Observadas No Brasil De 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, p. 1055-1064, 2017.

Araújo, Malanny Santos Et Al. Impacto Da Telemedicina Na Prestação De Cuidados De Saúde: Desafios e Oportunidades. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 8, p. 1300-1306, 2023.

Carvalho, Gregory Dos Passos. Desigualdades Regionais Eo Papel Dos Recursos Federais No Sus: Fatores Políticos Condicionam a Alocação De Recursos?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. Supl 2, p. 3409-3421, 2021.

Cavalcante, Denise De Fátima Barros Et Al. Impacto Financeiro Da Alteração Do Perfil De

Vulnerabilidade No Programa Mais Médicos. *Revista De Saúde Pública*, v. 54, p. 148, 2020.

De Andrade Guedes, Thiago; Da Silva, Francielle Santos. Gestão De Saúde Pública No Brasil à Luz Da Teoria Da Burocracia: Escassez De Médicos Especialistas e Desigualdade Regional De Acesso. *Boletim De Conjuntura (Boca)*, v. 13, n. 37, p. 111-129, 2023

De Arruda Pedrosa, Kamyla Et Al. Necessidade De Reconfiguração Do Financiamento Do Sus Diante Da Austeridade: Uma Revisão Narrativa. *Research, Society And Development*, v. 11, n. 5, p. e8711527785-e8711527785, 2022.

Fernandes, Daniela Rangel Affonso; Gadelha, Carlos Augusto Grabois; Maldonado, Jose Manuel Santos De Varge. Vulnerabilidades Das Indústrias Nacionais De Medicamentos e Produtos Biotecnológicos No Contexto Da Pandemia De Covid-19. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 37, p. e00254720, 2021.

Funcia, Francisco R. Avaliação Do Financiamento Federal Do Sus Diante Da Desigualdade Regional e Da Pandemia Da Covid-19. *Parlamento e Sociedade*, p. 83, 2020.

Gadelha, Carlos Augusto Grabois. Complexo Econômico-Industrial Da Saúde: a Base Econômica e Material Do Sistema Único De Saúde. *Cadernos De Saúde Pública*, v. 38, p. e00263321, 2022.

Gonçalves, Oswaldo; Gava, Gustavo Bonin; Silva, Murilo Santos Da. Programa Mais Médicos, Aperfeiçoando o Sus e Democratizando a Saúde: Um Balanço Analítico Do Programa. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 872-887, 2017.

GOMES, José Felipe de Freitas; ORFÃO, Nathalia Halax. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 1199-1213, 2021.

Marques, Vanessa Saldanha. **Desigualdades Socioeconômicas e Territoriais Na Oferta De Cuidados De Saúde: O Caso Português**. 2023. Dissertação De Mestrado. Iscte-Instituto Universitario De Lisboa (Portugal).

Medina, Maria Guadalupe Et Al. Programa Mais

Gonçalves, Oswaldo; Gava, Gustavo Bonin; Silva, Murilo Santos Da. Programa Mais Médicos, Aperfeiçoando o Sus e Democratizando a Saúde: Um Balanço Analítico Do Programa. *Saúde e Sociedade*, v. 26, p. 872-887, 2017.

GOMES, José Felipe de Freitas; ORFÃO, Nathalia Halax. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. *Saúde em Debate*, v. 45, p. 1199-1213, 2021.

Marques, Vanessa Saldanha. Desigualdades Socioeconômicas e Territoriais Na Oferta De Cuidados De Saúde: O Caso Português. 2023. Dissertação De Mestrado. Iscte-Instituto Universitario De Lisboa (Portugal).

Medina, Maria Guadalupe Et Al. Programa Mais Médicos: Mapeamento e Análise Da Produção Acadêmica No Período 2013-2016 No Brasil. *Saúde Em Debate*, v. 42, p. 346-360, 2018.

Memória, Caroline Viriato; Caminha, Uinie. A Política De Inovação Como Instrumento De Redução Das Desigualdades Regionais No Brasil. *Revista Brasileira De Políticas Públicas*, v. 11, n. 3, 2021.

Pereira, William Eufrasio Numes. O Desenvolvimento Econômico, Redução Das Desigualdades Regionais Frente As Políticas Incentivadoras Da Guerra Fiscal. *Revista Argumenta*, n. 34, p. 263-284, 2021

PEREIRA, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. *Revista Cedigma*, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.

RAMOS, Doralice Batista das Neves et al. Propostas governamentais brasileiras de ações de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade sob perspectiva municipal. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 6, p. e00116519, 2020.

Silva, Paula Carina Carvalho. A Descentralização De Competências Nos Municípios e o Comportamento Laboral. 2021. Tese De Doutorado.

Silva, Gabriela Drummond Marques Da Et Al. Influência Da Desigualdade Socioeconômica Na Distribuição Das Internações e Dos Óbitos Por Covid-19 Em Municípios Brasileiros, 2020: Um Estudo Ecológico. *Epidemiologia e Serviços De Saúde*, v. 32, p. e2022303, 2023.

Silva, João Felipe Marques Da Et Al. A Relação Público-Privada Em Uma Região De Saúde: Influências Sobre a Organização Da Oferta e Da Demanda De Média Complexidade No Sistema Único De Saúde Em Pequenos Municípios. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. e200019, 2020.

Vera Rojas, Haydeé Liliana Et Al. Descentralização Na Gestão Pública Da Educação Básica No Peru: As Características Da Implementação Do Plano Piloto e Seus Efeitos Em La Molina e Imperial (2006-2011). 2019.

Cuidados Paliativos na Saúde Coletiva: Desafios e Estratégias para uma Assistência Integral

Palliative Care in Public Health: Challenges and Strategies for Comprehensive Care

Luís Henrique da Silva Costa

¹Pós-graduado em Cuidados Paliativos pela Serra Geral, Graduação em Psicologia pela Faculdade Pitágoras - São Luís
psi.luishenrique@gmail.com

 <https://doi.org/10.70430/capitulodelivro20>



RESUMO

Os cuidados paliativos constituem uma abordagem fundamental na atenção à saúde coletiva, visando a melhoria da qualidade de vida de pacientes com doenças graves e progressivas. Este estudo analisa os desafios enfrentados na implementação dos cuidados paliativos no contexto da saúde coletiva, bem como as estratégias que podem ser adotadas para garantir uma assistência integral e humanizada. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, baseou-se em revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2015 e 2024 nas bases de dados LILACS, SciELO e PubMed. Os resultados apontam para a necessidade de maior investimento em formação profissional, integração interdisciplinar e desenvolvimento de políticas públicas que ampliem o acesso às práticas paliativas. Conclui-se que a assistência integral requer um olhar atento para a singularidade do paciente e de sua família, promovendo conforto, dignidade e respeito no processo de adoecimento.

Palavra-chave: Cuidados paliativos, Saúde coletiva, Assistência integral, Políticas públicas.

ABSTRACT

Palliative care is a fundamental approach in public health care, aiming to improve the quality of life of patients with serious and progressive diseases. This study analyzes the challenges faced in the implementation of palliative care in the context of public health, as well as the strategies that can be adopted to ensure comprehensive and humanized care. The research, of a qualitative and descriptive nature, was based on a bibliographic review of articles published between 2015 and 2024 in the LILACS, SciELO and PubMed databases. The results point to the need for greater investment in professional training, interdisciplinary integration and development of public policies that expand access to palliative practices. It is concluded that comprehensive care requires a careful look at the uniqueness of the patient and their family, promoting comfort, dignity and respect in the illness process.

Keywords: Palliative care, Public health, Comprehensive assistance, Public policies.

Introdução

Os avanços na medicina e nas tecnologias de saúde têm proporcionado aumento da longevidade, mas também impõem desafios relacionados à qualidade de vida de pacientes com doenças crônicas e terminais (Da Silva Costa, 2024). No âmbito da saúde coletiva, os cuidados paliativos emergem como uma estratégia essencial para minimizar o sofrimento e garantir uma abordagem mais humanizada no tratamento de condições que ameaçam a vida (Reis et al., 2024). Contudo, sua implementação ainda enfrenta barreiras estruturais, culturais e políticas, exigindo maior atenção das instituições de saúde e dos formuladores de políticas públicas.

De acordo com Forte e Achette (2018) trazem que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define os cuidados paliativos como uma abordagem que melhora a qualidade de vida de pacientes e familiares que enfrentam problemas decorrentes de doenças graves. Essa assistência envolve a prevenção e o alívio do sofrimento por meio da identificação precoce, avaliação e tratamento adequado da dor e de outros sintomas físicos, psicossociais e espirituais (Oliveira et al., 2024). No entanto, há uma lacuna significativa entre essa definição teórica e a prática cotidiana dos serviços de saúde coletiva.

A ausência de capacitação adequada dos profissionais de saúde, a fragmentação dos serviços e a carência de investimentos em infraestrutura e recursos humanos representam desafios para a incorporação efetiva dos cuidados paliativos na atenção básica e nos serviços hospitalares (Côbo et al., 2019). Além disso, aspectos culturais e sociais influenciam a aceitação e a adesão às práticas paliativas, tornando essencial a sensibilização da população e dos profissionais de saúde.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios para a implementação dos cuidados paliativos na saúde coletiva, identificando estratégias

que possam contribuir para uma assistência mais integrada e humanizada. A pesquisa busca evidenciar caminhos para fortalecer essa abordagem, promovendo um olhar mais amplo e acolhedor para pacientes em situação de vulnerabilidade.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica de literatura científica relevante sobre cuidados paliativos na saúde coletiva. A busca por artigos científicos foi realizada nas bases de dados LILACS, SciELO e PubMed, utilizando os descritores "Cuidados Paliativos", "Saúde Coletiva", "Atenção Primária", "Assistência Integral" e "Políticas Públicas".

Os artigos selecionados foram publicados entre os anos de 2015 e 2024, garantindo atualização e pertinência ao tema. Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos que abordassem os desafios e as estratégias para implementação dos cuidados paliativos no sistema de saúde pública. Foram excluídos artigos que tratavam exclusivamente de contextos hospitalares privados ou que não apresentavam metodologia clara.

Resultados e Discussão

De acordo com Paraizo-Horvath *et al.*, (2022) a implementação dos cuidados paliativos na saúde coletiva ainda é limitada por desafios estruturais, como a escassez de recursos e a fragmentação dos serviços. Segundo Dos Anjos Oliveira, (2016) a insuficiência de investimentos destinados a essa modalidade assistencial compromete a qualidade do atendimento, dificultando a identificação precoce das necessidades dos pacientes. Além disso, a predominância da cultura hospitalocêntrica reduz o papel da atenção primária na oferta de cuidados paliativos, limitando o acesso da população a serviços especializados.

Para Medeiros (2015) a capacitação inadequada dos profissionais de saúde repre-

senta um obstáculo significativo para a expansão dos cuidados paliativos. Já para De Arriaga (2019) A ausência de formação específica impede uma abordagem eficaz e humanizada, comprometendo a comunicação com pacientes e familiares, bem como a implementação de estratégias de alívio do sofrimento. A ausência de treinamentos sistemáticos também dificulta a disseminação de boas práticas e a construção de um modelo de atenção integrado.

Outro aspecto relevante é a insuficiência de políticas públicas que regulamentem e incentivem a inclusão dos cuidados paliativos no Sistema Único de Saúde (SUS) (Gonçalves *et al.*, 2023). A inexistência de protocolos padronizados dificulta a uniformização das condutas assistenciais, gerando discrepâncias na qualidade do atendimento oferecido em diferentes regiões. Além disso, a falta de financiamento adequado impede a expansão dos serviços, tornando os cuidados paliativos uma realidade inacessível para grande parte da população (Carvalho; Vieira, 2022).

A fragmentação dos serviços também compromete a efetividade dos cuidados paliativos, dificultando a articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde (Rocha *et al.*, 2019). A falta de integração entre hospitais, unidades básicas de saúde e equipes de atenção domiciliar resulta em lacunas no acompanhamento dos pacientes, impactando negativamente na continuidade do cuidado. Esse cenário reflete a necessidade de um modelo assistencial mais coordenado e eficiente (Veras, 2020).

A sensibilização da população sobre a importância dos cuidados paliativos é outro fator essencial para sua ampliação (Dias; Costa; Clausen, 2024). O desconhecimento sobre essa abordagem assistencial leva à perpetuação de mitos e preconceitos, dificultando sua aceitação por parte dos pacientes e familiares. Segundo Rosetto *et al.*,

(2017) Campanhas de educação e informação são fundamentais para promover uma compreensão mais abrangente sobre os benefícios desse cuidado, favorecendo sua implementação na prática clínica.

Estratégias como a formação continuada dos profissionais, a adoção de diretrizes nacionais e a criação de redes colaborativas de atenção são apontadas como soluções viáveis para fortalecer os cuidados paliativos no SUS (Colares; Oliveira, 2018). O investimento em programas de educação permanente permite qualificar os profissionais, garantindo a adoção de condutas mais adequadas e embasadas em evidências científicas (Zemmermann; Silveira, 2016).

O fortalecimento da interdisciplinaridade é um elemento fundamental para o sucesso dos cuidados paliativos (Frossard, 2015). A colaboração entre diferentes especialidades, como medicina, enfermagem, psicologia, serviço social e fisioterapia, possibilita uma abordagem integral das necessidades dos pacientes e seus familiares (Zarck *et al.*, 2024). Essa interação profissional favorece a oferta de um cuidado mais humanizado e individualizado, considerando não apenas aspectos clínicos, mas também emocionais, sociais e espirituais.

Além disso, a incorporação de tecnologias na prestação dos cuidados paliativos pode contribuir para a melhoria do acesso e da qualidade assistencial (Da Silva Rocha *et al.*, 2023). Ferramentas como prontuários eletrônicos, telemedicina e sistemas de monitoramento remoto possibilitam um acompanhamento mais efetivo dos pacientes, reduzindo deslocamentos desnecessários e otimizando a gestão dos recursos.

Por fim, a ampliação dos cuidados paliativos requer uma mudança cultural e estrutural no sistema de saúde, com maior investimento, capacitação profissional e engajamento social. A implementação de medidas integradas e

eficazes permitirá que um maior número de pacientes tenha acesso a um cuidado digno, promovendo qualidade de vida e alívio do sofrimento.

Conclusão

Os cuidados paliativos na saúde coletiva representam um avanço essencial para garantir qualidade de vida a pacientes em situação de vulnerabilidade. No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, exigindo esforços interdisciplinares e políticas públicas robustas.

A formação de profissionais capacitados, a ampliação da rede de assistência e a conscientização da população são medidas fundamentais para consolidar essa abordagem. Além disso, a inclusão dos cuidados paliativos na atenção primária é essencial para garantir um atendimento mais precoce e eficaz.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de uma assistência centrada na dignidade e no bem-estar do paciente, promovendo um cuidado humanizado e acolhedor. O fortalecimento dos cuidados paliativos é um compromisso ético e social, que deve ser priorizado nas políticas de saúde coletiva.

Referências

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de; VIEIRA, Leonardo Araújo. O financiamento como desafio nas políticas públicas de saúde: o caso do Programa Academia da Saúde. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 44, p. e002322, 2022.

CÔBO, Viviane de Almeida et al. Cuidados Paliativos na Atenção Primária à Saúde: perspectiva dos profissionais de saúde. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 39, n. 97, p. 225-235, 2019.

COLARES, Karla Taísa Pereira; OLIVEIRA, Wellington de. Metodologias Ativas na formação profissional em saúde: uma revisão. 2018.

DA SILVA COSTA, Luís Henrique. A morte e o morrer no contexto hospitalar: a importância do acompanhamento psicológico aos pacientes e familiares. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2024.

DA SILVA ROCHA, Sarah Lais et al. Tecnologias no alívio da dor em paliativos: revisão de escopo. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, v. 13, n. 41, p. 470-479, 2023.

DE ARRIAGA, Miguel Telo. Capacitação dos profissionais de saúde para uma melhor literacia em saúde do cidadão. In: *Literacia em saúde na prática*. Edições ISPA, 2019. p. 11-15.

DIAS, Mariana Fernandes; COSTA, Mariana Mauricio Silva; CLAUSEN, Natalino Cezar. A importância dos cuidados paliativos prestados por médicos de família e comunidade na Atenção Primária à Saúde: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 19, n. 46, pág. 3416-3416, 2024.

DOS ANJOS OLIVEIRA, Edineia Figueira. Análise do financiamento da Saúde Mental no Brasil após 2001. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2016.

FORTE, Daniel Neves; ACHETTE, Daniela. SEGUNDO A DEFINIÇÃO DE 2002 da Organização Mundial de Saúde (OMS), os cuidados paliativos constituem. **Vida, morte e luto: Atualidades brasileiras**, 2018.

FROSSARD, Andrea. A Formação Profissional numa perspectiva interdisciplinar: Os Cuidados Paliativos em Foco. **Revista Magistro**, v. 2, n. 12, 2015.

GONÇALVES, Carla Regina Carvalho Silva et al. Cuidados paliativos nos serviços de atenção domiciliar do Sistema Único de Saúde: revisão integrativa de literatura. 2023.

MEDEIROS, Jane Cristina. Reanimação neonatal: capacitação de profissionais de saúde com base na aprendizagem baseada em problemas. 2015.

OLIVEIRA, Pablo DE JESUS et al. ENTRE A VERDADE E O CONFORTO: DESAFIOS ÉTICOS E HUMANISTI-

COS NA COMUNICAÇÃO DE MÁIS NOTÍCIAS EM ONCOLOGIA E CUIDADOS PALIATIVOS. *Revista Cedigma*, v. 2, n. 4, p. 111-118, 2024.

PARAIZO-HORVATH, Camila Maria Silva et al. Identificação de pessoas para cuidados paliativos na atenção primária: revisão integrativa. ***Ciência & Saúde Coletiva***, v. 27, n. 09, p. 3547-3557, 2022.

REIS, Dara Luiza et al. IMPACTOS DOS CUIDADOS PALIATIVOS NA REDUÇÃO DE HOSPITALIZAÇÃO NÃO PLANEJADA. ***Revista Cedigma***, v. 1, n. 1, p. 44-52, 2024.

ROCHA, Elisangela de Moraes et al. Cuidados paliativos: cartilha educativa para cuidadores de pacientes oncológicos. 2019.

ROSSETTO, Máira et al. Comunicação para promoção da saúde: as campanhas publicitárias sobre tuberculose no Brasil. ***Revista de Enfermagem da UFSM [recurso eletrônico]. Santa Maria. Vol. 7, n. 1 (jan./fev. 2017), p. 18-28***, 2017.

VERAS, Renato. O modelo assistencial contemporâneo e inovador para os idosos. ***Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia***, v. 23, p. e200061, 2020.

ZACK, Bruna Tais et al. CUIDADO PALIATIVO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: percepções da equipe sobre a prática interdisciplinar.

ZIMMERMANN, Marlene Harger; SILVEIRA, Rosemari Foggiatto Monteiro; GOMES, Ricardo Zanetti. Formação continuada no ensino de ciência da saúde: avaliação de habilidades e feedback efetivo. ***Ensino & Pesquisa***, v. 14, n. 2, 2016.